



Nº 214 - Maio/junho 2015

9 771 980 315002

0 0 2 1 3

Campanha Salarial 2015

NEGOCIAR PARA AVANÇAR





Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior-POA

UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**

1º Vice-Presidente - **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**

2º Vice-Presidente - **Marilda da Cruz Fernandes**

1º Secretário - **Ricardo Fracalacci Savaris**

2º Secretário - **Paulo Machado Mors**

3º Secretário - **Luciano Casagrande**

1º Tesoureiro - **Vanderlei Carraro**

2º Tesoureiro - **Edson Lindner**

3º Tesoureira - **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS

CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188

secretaria@adufrgs.org.br

www.adufrgs.org.br

ADverso

Tiragem: 4.000 exemplares
Impresso na Ideograf

Conselho Político

Ana Boff de Godoy - DEH/UFCSPA

Flávio Porcello - DECOM/UFRGS

Gloria Ferreira - Fabico/UFRGS

Lúcio Vieira - IFRS Campus Poa

Paulo Machado Mors - Instituto de Física/ UFRGS

Editora: Zaira Machado

Reportagens: Patrícia Comunello e Araldo Neto

Revisão: Taís Vicari

Projeto Gráfico e Diagramação: Edu Furasté

Produção:



VERDEPERTO

(51) 3228 8369

Índice



Ping-pong

José Geraldo de Sousa Júnior, ex-reitor da UNB fala sobre Autonomia Universitária

04

Plano Nacional de Educação Que Pátria Educadora é Essa?

10



Assédio Moral

Um Fantasma que ronda o serviço público

17

Especial

Redução da Maioridade Penal gera polêmica no meio jurídico

23

Campanha Salarial 2015

Greve é deflagrada nas Instituições Federais de Ensino Superior



29

Adufrgs-Sindical

Na luta contra as terceirizações

33

Artigo

Aray Miguel Feldens

A controvérsia dos indicadores econômicos no Brasil

35

Os significados do silêncio



A partitura acima pertence à bela sonata “O Toque do Silêncio”. Segundo versa a história, esta música foi tocada pela primeira vez para homenagear um soldado morto na guerra civil americana. A música, composta pelo próprio jovem, um estudante de música alistado nas tropas confederadas, confere ao silêncio uma conotação de partida, de dor, de abandono... através da beleza de seus acordes, que tocam profundamente a alma.

Porém, hoje, quando o governo não se manifesta com relação às reivindicações dos professores, aos apelos de diálogo, de negociação, o silêncio tem outro significado. Torna-se uma resposta de desconsideração, de desprezo. Uma resposta que faz cogitar uma intenção de fragilizar nossa luta, nossa postura de apostar na negociação. De testar nossa capacidade de reação.

Apostando na negociação, nossa pauta foi construída, com a participação de toda a categoria, durante o ano de 2014. Foram realizados vários encontros, nos diferentes câmpus da UFRGS, do IFRS da UFCSPA, em um amplo processo de debate. Após consultas eletrônicas, muitas colaborações enviadas pelos professores e duas assembleias gerais aprovamos uma proposta, que foi levada ao Encontro Nacional do Proifes-Federação, em meados de 2014. Neste Encontro, com a participação dos demais sindicatos da nossa Federação, esta proposta foi aprimorada, aprovada e, finalmente, entregue ao governo em novembro de 2014. Para o novo governo, um segundo envio foi feito no início deste ano, acompanhado de uma solicitação do Proifes-Federação de imediata abertura das discussões.

Apenas em março deste ano o governo aceitou discutir o tema. No dia 20 daquele mês, anunciou a intenção de estabelecer um cronograma de reuniões com os servidores federais para discutir suas reivindicações. Sinalizou que, em abril, iria analisar as propostas, em maio, junho e julho seriam feitas as reuniões com os professores e, em agosto, firmaria o acordo e elaboraria o Projeto de Lei para encaminhar ao Congresso Nacional.

Contudo, na reunião de 6 de maio, contrariando a expectativa, o governo demonstrou ter ignorado nossa proposta, ao solicitar que apresentássemos, novamente, nossas reivindicações, sinalizando as prioridades. Nossa resposta foi que a pauta completa, que solicita reposição das perdas salariais decorrentes da inflação, valorização dos professores e reestruturação do plano de carreira e atendimento às questões pendentes do acordo de 2012, era a nossa prioridade.

O governo pediu que aguardássemos uma nova reunião para se pronunciar. Acatando este pedido, encaminhamos ofício solicitando que este pronunciamento ocorresse até o dia 15 de junho, para que, nós professores, pudéssemos avaliar a contraproposta e dar curso à negociação. A resposta continuou sendo o silêncio.

Esta situação, aliada aos cortes no orçamento para a Educação, anunciados pelo Governo Federal, coloca-nos em alerta. Nossas universidades e institutos, sem verbas de manutenção e conservação, começam a sofrer as consequências. Programas de expansão, de inserção social e de qualificação estão sendo prejudicados, contrariando, frontalmente, o discurso de uma Pátria Educadora. Estes fatos, aliados ao tempo que está se esgotando, indicam que chegou a hora de responder a este silêncio com bastante fragor, mostrando que queremos dialogar, queremos a imediata retomada das negociações.

Diante deste quadro, em Assembleia Geral realizada pela Adufrgs-Sindical no dia 16 de junho, os professores da Ufrgs, UFCSPA e IFRS, decidiram aprovar um indicativo de greve. Esta posição foi levada à reunião do Conselho Deliberativo do Proifes-Federação, realizada nos dias 18 e 19, em Brasília, o qual, após amplo debate, decidiu INDICAR AOS SINDICATOS FEDERADOS A DEFLAGRAÇÃO DE GREVE NACIONAL DA FEDERAÇÃO, respeitada a autonomia local dos sindicatos federados, e apostando na continuidade das negociações.

Não queremos ouvir “O Toque do Silêncio” pronunciando a morte da Educação Pública.

**MOBILIZAR PARA NEGOCIAR,
NEGOCIAR PARA AVANÇAR !!!**

ADUFRGS-Sindical, o seu Sindicato

Ping-Pong

José Geraldo Sousa Júnior

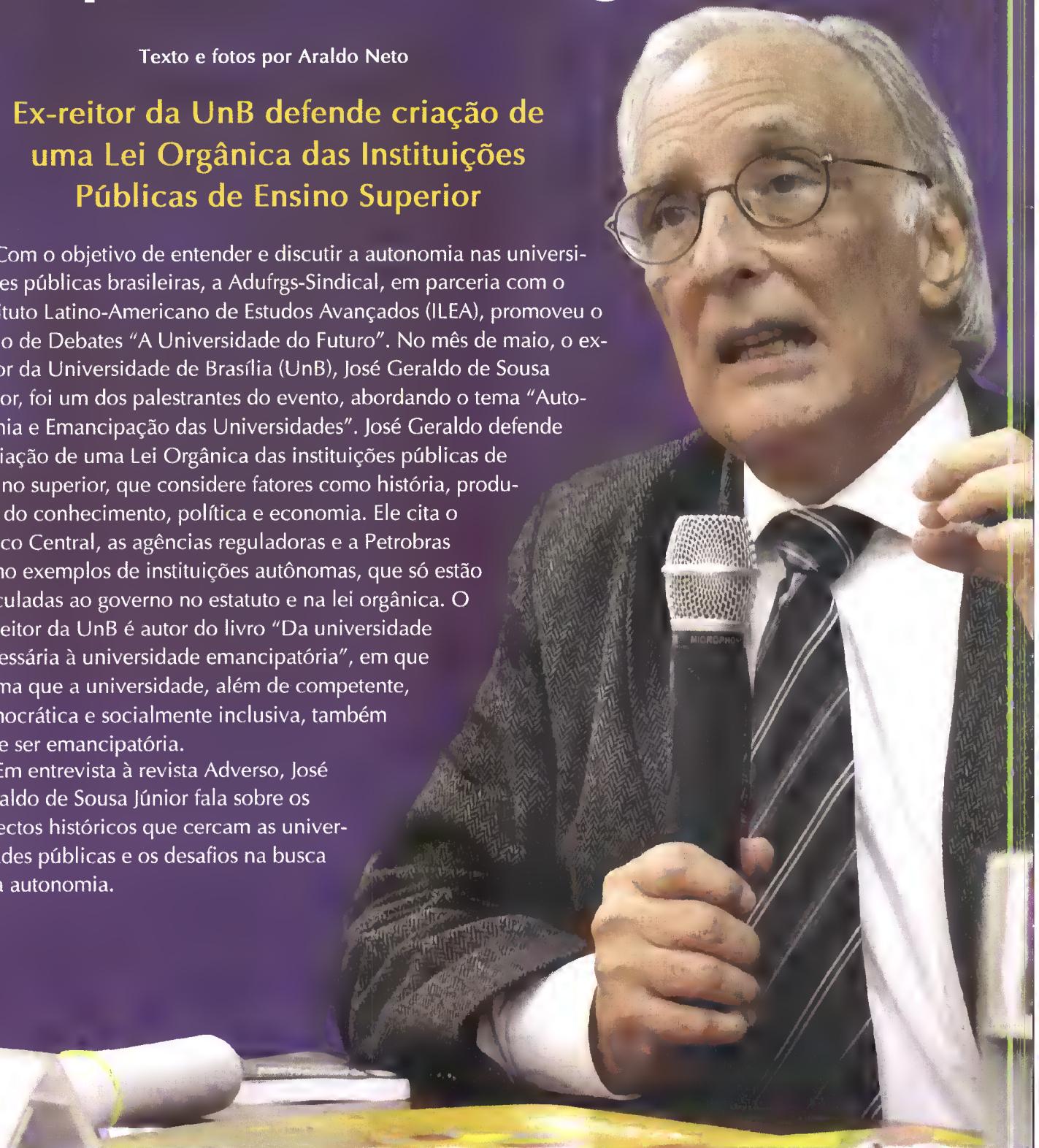
“Essa construção é tensa e precisa ser negociada”

Texto e fotos por Araldo Neto

Ex-reitor da UnB defende criação de uma Lei Orgânica das Instituições Públcas de Ensino Superior

Com o objetivo de entender e discutir a autonomia nas universidades públicas brasileiras, a Adufrgs-Sindical, em parceria com o Instituto Latino-American de Estudos Avançados (ILEA), promoveu o Ciclo de Debates “A Universidade do Futuro”. No mês de maio, o ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo de Sousa Júnior, foi um dos palestrantes do evento, abordando o tema “Autonomia e Emancipação das Universidades”. José Geraldo defende a criação de uma Lei Orgânica das instituições públicas de ensino superior, que considere fatores como história, produção do conhecimento, política e economia. Ele cita o Banco Central, as agências reguladoras e a Petrobras como exemplos de instituições autônomas, que só estão vinculadas ao governo no estatuto e na lei orgânica. O ex-reitor da UnB é autor do livro “Da universidade necessária à universidade emancipatória”, em que afirma que a universidade, além de competente, democrática e socialmente inclusiva, também deve ser emancipatória.

Em entrevista à revista Adverso, José Geraldo de Sousa Júnior fala sobre os aspectos históricos que cercam as universidades públicas e os desafios na busca pela autonomia.



Adverso - Há muito caminho até a universidade se tornar emancipatória?

José Geraldo - A Universidade, mais precisamente, a universidade ocidental já é quase milenar. Essa longevidade já dá a medida de seu caminho para se fazer singular e reconhecível como instituição cuja trajetória a distinga de qualquer outra, inclusive do Estado. Historicamente, a Universidade se institucionaliza muito tempo depois e, na sua feição atual, é uma experiência do Século XIX, quando se formaram os estados nacionais alemão e italiano. Nesse percurso, com as etapas que o demarcam, e que o ex-reitor da Ufrgs, Hélio Trindade, descreve tão bem^(*), a Universidade passou por transições institucionais.

Dos tempos medievais, passando pela modernidade, nos formatos estatais do modelo francês de escolas de profissão e prussiano, no modelo humboldtiano de sistema de pesquisa, até chegar ao formato latino-americano, na linha do manifesto de Córdoba, como experiência participativa e de inclusão. Uma universidade necessária, comprometida com as expectativas de sociedades em profunda transformação, perseguindo projetos libertários, que orientam seu percurso para utopias de emancipação social, política e de criação de conhecimentos. Esse caminho é longo e tortuoso porque a emancipação não é um dom, é uma tarefa, não obe-

"Esse caminho é longo e tortuoso porque a emancipação não é um dom, é uma tarefa, não obedece a voluntarismos carismático-autoritários e só faz sentido se pautar-se em plataformas coletivas correspondentes a projetos de sociedade, já que, socialmente e epistemologicamente, ninguém se emancipa sozinho.

dece a voluntarismos carismático-autoritários e só faz sentido se pautar-se em plataformas coletivas correspondentes a projetos de sociedade, já que, socialmente e epistemologicamente, ninguém se emancipa sozinho.

Adverso - Instituições nacionais como o Banco Central, as agências reguladoras e a Petrobras são consideradas autônomas. As universidades públicas não deveriam gozar de mesma autonomia?

José Geraldo - A autonomia, em sentido próprio, é uma memória da historicidade insti-

tucional. No tocante às universidades, é a memória de sua origem institucional histórica, anterior à formação do Estado, este entendido enquanto a articulação moderna de conhecimento (técnico/ científico/ burocrático, em termos weberianos), de poder (a política retirada da sociedade e restringida ao aparato (legislativo/ judiciário/ administrativo) e o direito (antes plural e distribuído no social, agora, exclusivamente legal), em face da pretensão monopolizadora daí decorrente. Assim, as universidades que surgiram com capacidade de autogoverno e auto-normatização surgiram, portanto, propriamente autônomas (etimologicamente, auto – a si próprias; aptas a se outorgarem os nomos – isto é, o direito). O eco dessa experiência se contém na definição constitucional corrente, segundo a qual, como no caso brasileiro, "as universidades gozam de autonomia didática-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial" (Constituição Federal, artigo 207). Na prática política, entretanto, esses valores acabam se confrontando com a disposição de poder que se nucleou, por exemplo, no Estado, e acabam definindo à falta de compartilhamento de modos de compreensão, que amparem o seu sentido e alcance. Ainda mais quando a universidade perde o simbolismo de seu lugar excelente e único – o de ser o lugar exclusivo, no qual os

^(*)O Artigo "Por um novo projeto universitário: da 'universidade em ruínas' à 'universidade emancipatória'", do ex-reitor da Ufrgs, Hélio Trindade, integra o livro "Da universidade necessária à universidade emancipatória", organizado por José Geraldo Sousa Júnior (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012).



"Acho que é frustrante pensar que o desejo de inventar e de criar pode ser reprimido, porque o pesquisador tem de preencher os dados estatísticos de um currículo padrão (Lattes) ou publicar numa revista que pontua por determinados padrões.

conhecimentos se percebem livres para o diálogo pleno descolonizado e confiante – e fica nivelada num imaginário burocrático, que torna homogêneas todas as instituições vistas na modelagem de meras repartições administrativas, como acontece no imaginário das chamadas “culturas” legislativas, regulamentadoras, judicantes e correicionais. É aí que algumas “singularidades” emergem, como novidades que ganham reconhecimentos ampliados: agências reguladoras, bancos centrais, estruturas de intervenção em mercados. Junto com o reconhecimento dessas “singularidades”, vêm as regras de autonomia: consultoria jurídica própria e não da AGU para o Banco Central, liberação do requisito licitatório para a Petrobras, por reconhecimento do espaço especial do mercado e das bolsas internacionais, estatuto de autonomia para as agências reguladoras etc. Por que não estabelecer um estatuto próprio (lei orgânica) para as universidades, considerando a sua história e a complexidade que elas movem em todas as dimensões do processo de produção do conhecimento, da política, da economia, das relações internacionais, da governança?

Adverso - No evento “Universidade do Futuro”, realizado na UFRGS, o sr. afirmou que a autonomia nas universidades pode ser construída, mas não pode ser absoluta. Quais são os limites da construção dessa autonomia?

José Geraldo - Os limites são os que acabei de indicar no pla-

no institucional, principalmente a concomitância, às vezes corrente, às vezes cooperativa, entre a Universidade e o Estado; no plano teórico, os impasses entre a expectativa de lealdade presumida e a condição intrinsecamente crítica da interpretação que a Universidade desenvolve acerca de todos os processos que se articulam em seus espaços de pesquisa, de ensino e de interação com os outros corpos sociais. Essa construção é tensa e precisa ser “negociada” contínua e legitimamente, sem arrogância, sem prepotência, sem corporativismo, de modo solidário e nos moldes democráticos. O limite é o horizonte de compreensão e de capacidade política para pactuar e afirmar a importância, a singularidade, a relevância da instituição universitária, algo que sempre se realizou na prova da experiência histórica.

Adverso - Há um grande debate sobre o formato de eleição dos reitores das universidades federais. O que o sr. pensa a respeito?

José Geraldo - O grande debate se trava entre essas duas polarizações: a busca de autonomia e de autogoverno, que é a seiva de que se nutre o desenvolvimento da própria concepção de universidade, e a pretensão de potência da centralidade estatal, que não abre mão de controles, mesmo quando se vivencia a experiência inédita em curso no nosso País, de radicalizar o experimento democrático da participação e do protagonismo político do social emancipado. O que penso é que devemos insistir nesse desi

derato. A democracia é um caminho sem fim e sem pré-condições e o desenvolvimento institucional é um experimento necessário, que deve ser perseguido. O modo participativo, em diálogo com a cidadania para além do corporativismo, deve ser a meta de busca autônoma (conforme lei orgânica e previsão de estatutos) de definição de métodos de escolha de dirigentes e de modos deliberativos. Quanto mais restrito o modelo e mais fechado em gabinetes ou em grupos restritos de decisão, mais empobrecedor é o desenvolvimento da institucionalidade universitária.

Adverso - Quais medidas um governo realmente comprometido com a autonomia universitária deveria tomar?

José Geraldo - Penso que deve construir, junto com o sistema universitário, a sua caracterização, modelo e forma de gestão sustentável e pactuar uma lei orgânica e um estatuto básico que permita a realização desse princípio.

Adverso - Existe algum modelo de autonomia universitária no mundo que sirva de parâmetro para as universidades brasileiras?

José Geraldo - Em várias Constituições esse modelo já foi estabelecido, como por exemplo, na Finlândia, onde até a legislação de ensino, produzida legislativamente, só entra em vigor, na universidade nacional, quando e se aprovada pelo seu Conselho dirigente. Mas, no Brasil mesmo, há modelos aperfeiçoados, como o das universidades pau-

listas, sustentáveis na forma de destinação tributária para seu financiamento e com a configuração de um ato complexo (manifestação da universidade para a composição de listas submetidas à escolha do governador). A experiência da UnB também é exemplar, embora logo frustrada, primeiro pela ditadura e, em seguida, pela gula burocrática. Não custa lembrar que a lei de criação da UnB (lei 3998/1961),

"A democracia é um caminho sem fim e sem pré-condições e o desenvolvimento institucional é um experimento necessário, que deve ser perseguido."

ainda em vigor, apesar de abrogada em parte por uma hermenêutica de contenção, trouxe, de forma expressa, vários artigos definidores de uma autonomia, com fundos e patrimônio para a sua sustentação, diretrizes de autogoverno estatutário e a preciosidade que se lê no seu artigo 14: "Na organização de seu regime didático, inclusive de currículo de seus cursos, a Universidade de Brasília não estará adstrita às exigências da legislação geral do ensino superior...".

Adverso - Mais autonomia

significa mais qualidade para as universidades públicas?

José Geraldo - Com certeza. Uma universidade autônoma é mais experimental. Penso na minha universidade e a partir dela, penso no potencial realizador que a autonomia pode trazer para essa instituição enquanto modelo presente na utopia civilizatória. A partir da UnB, penso como Darcy Ribeiro (idealizador da Universidade Nacional de Brasília), que desenhou seu modelo autônomo. A universidade, segundo ele, vocacionada para realizar aquelas lealdades que seu projeto originário propunha: ser leal aos padrões civilizatórios do conhecimento internacionalmente realizable, mas ser, igualmente, leal para com a sociedade e o País no sentido de imprimir a esse conhecimento o dever e o compromisso de buscar solucionar os problemas do País e da sociedade. Conforme registrei no livro, "isso é uma reserva utópica, esta capacidade de agir que é própria de espíritos pioneiros, para lidar com as dificuldades, com os obstáculos, que foram tremendos, porque foram estruturais, foram próprios de um País emergente, de uma cidade em construção e de uma sociedade que nunca lidou bem com o fator emancipatório do conhecimento".

Adverso - Quais são os principais pontos em que a falta de autonomia atrapalha a gestão de uma universidade? Há exemplos ocorridos durante sua gestão frente à UNB?

José Geraldo - Durante o meu

Ping-Pong

reitorado, como membro da Andifes, a Associação dos Dirigentes dos Reitores das Instituições Federais de Ensino Superior, tive o ensejo, com a confiança de meus colegas e de minhas colegas, reitores e reitoras, de presidir a Comissão de Autonomia da Andifes. Ali pudemos construir uma agenda de conjuntura, que, apontando para a dimensão orgânica da autonomia, procurasse identificar os obstáculos e restrições ao agir administrativo, num cotidiano pasteurizado e nivelado, como se todas as “repartições públicas” fossem equivalentes. Chegamos a elaborar, com a participação dos Ministérios da Educação e de Ciência e Tecnologia e do Tribunal de Contas, um conjunto regulamentar de procedimentos orçamentários e de gestão administrativa, financeira e de fundações (recuperadas para exercício sob diretriz dos colegiados das universidades). Foi operante, mas não suficiente, e deixou um balizamento para uma agenda mais estrutural, que deve ser objeto de uma deliberação pactuada legislativamente na forma de uma lei orgânica. Na minha experiência localizada, isto é, na própria UnB, os problemas enfrentados foram esses problemas comuns. Porém um me inquietou mais, em aspecto que considero importante. A submissão, no plano da pesquisa acadêmica, a um modelo produtivista de adequação globalizada a um padrão de conhecimento que desconhece a singularidade autônoma do saber, espontane-



Foto: UNB Agência / site UNB

“Repito aqui (...) o quanto gostaria de ver estimulados, no agir universitário, temas que estejam mais no horizonte insubordinado de criação de novas agendas, agendas que são importantes para o nosso País e para o desenvolvimento das condições de formação de uma nação emancipada.”

amente construído por indicadores e metas que a própria universidade possa elaborar. Também registrei isso no livrinho mencionado e ali deixei a minha posição: “Acho que é frustrante pensar que o desejo de inventar e de criar pode ser reprimido, porque o pesquisador tem de preencher os dados estatísticos de um currículo padrão (Lattes) ou publicar numa revista que pontua por determinados padrões. Não que isso seja negligenciável, mas não pode se conter num mecanismo de adequação con-

formada. É preciso que a Universidade continue, autonomamente, identificando que temas ela vai colocar como horizonte de seu talento criador”. Repito aqui o que disse então e como, acho, pensaria, por exemplo, Darcy Ribeiro, o quanto gostaria de ver estimulados, no agir universitário, temas que estejam mais no horizonte insubordinado de criação de novas agendas, agendas que são importantes para o nosso País e para o desenvolvimento das condições de formação de uma nação emancipada.



Perfil

José Geraldo Sousa Júnior possui mestrado e doutorado em Direito pela UNB. É também jurista, pesquisador de temas relacionados aos direitos humanos e à cidadania, sendo reconhecido como um dos autores do projeto Direito Achado na Rua, grupo de pesquisa com mais de 45 pesquisadores envolvidos. Professor da UNB desde 1985, ocupou postos importantes dentro e fora da Universidade. Foi chefe de gabinete e procurador jurídico na gestão do professor Cristovam Buarque e dirigiu o Departamento de Política do Ensino Superior no Ministério da Educação. Também é membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), onde acumula três décadas de atuação na defesa dos direitos civis e de mediação de conflitos sociais. Em 2008, foi escolhido reitor da UnB, em eleição realizada com voto paritário de professores, estudantes e funcionários.

Livro

DA UNIVERSIDADE NECESSÁRIA À UNIVERSIDADE EMANCIPATÓRIA

Autor: Jose Geraldo de Souza Júnior

Editora EDU-UNB

ISBN: 9788523010560

2012

186 páginas



Certamente, muito terá se perdido do belo e generoso projeto originário da UnB, pensado por Darcy Ribeiro, em razão das sucessivas interrupções e retomadas deste plano, porém a Universidade nunca se deixou descolar de seu impulso utópico originário, o qual é importante revisitar constantemente e compreender com o apoio das percepções que dele tiveram os seus mais próximos contemporâneos. Da Universidade necessária de Darcy, que se retira a tarefa agora de fazê-la, além de competente, democrática e socialmente inclusiva, também emancipatória.

Reportagem Especial

QUE PÁTRIA EDUCADORA É ESSA?

por Patrícia Comunello

Na televisão, peças publicitárias do governo federal entusiasmam pela disposição em fincar os pilares da construção da Pátria Educadora, matriz eleita como a marca registrada do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. A senha repassada na propaganda é a busca da qualidade, e um dos símbolos é a execução do Plano Nacional de Educação (PNE), a carta magna do setor cuja versão mais recente foi sancionada pela presidente, há um ano, e que tem a missão de dirigir o País para avanços na área. É o que movimentos de professores, escolas públicas, governos e sociedade, que contribuíram e militam na causa, esperam.



Fora da tela midiática, o clima é bem mais tenso e revela preocupações agudas de segmentos que ajudaram a construir o PNE e que estão mais vigilantes do que nunca diante de ameaças às metas. Muitas com vencimento quase imediato. Três delas têm o prazo fixado em 2016: a universalização das matrículas na Educação Infantil para crianças de quatro a seis anos, a implementação de planos de carreira para os professores e a adoção da base nacional de currículo.

Dois fatos acenderam as luzes amarelas: o corte no orçamento do Ministério da Educação (MEC), parte das medidas de ajuste fiscal, e um documento assinado pelo ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, o professor Roberto Mangabeira Unger. O conteúdo da proposta foi considerado, no mínimo, estranho à história recente de debates, definição de políticas e conceitos para a Educação brasileira. Na avaliação dos educadores inseridos neste debate, o texto que trata a "Educação Básica" como "Ensino Básico" vai por um caminho e o PNE vai por outro. E qual é a estrada do Governo Dilma?

As políticas de ajuste implementadas com mão de ferro pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy são consideradas uma ameaça ao PNE. Sobre o futuro do Plano em um contexto de enxugamento, o Proifes, com o apoio da Adufrgs-

Sindical, divulgou, no último mês de abril, um diagnóstico dos danos da redução do aporte de verbas na Educação. Ao Fórum Nacional de Educação (FNE), o Proifes recomendou que se manifestasse contra o aperto.

O FNE, que reúne representantes de todas as unidades da Federação, aceitou a sugestão e se posicionou contra o contingenciamento. A Nota Pública nº 30, de 29 de maio, destaca que os cortes irão tirar mais de R\$ 9,4 bilhões do orçamento do MEC, que tinha R\$ 48,8 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015. Para o FNE, o ajuste "é contraditório com a proposta de elevar os recursos destinados à Educação, progressivamente, até alcançar 10% do PIB". O Fórum também citou documento da Conferência Nacional de Educação (Conae), que aponta para o incremento obrigatório, ano a ano, da LOA até o teto do plano.

Em 2015, o percentual seria 1% do PIB, sendo vedada por lei a inclusão da área educacional nos contingenciamentos. No manifesto, o PNE se refere ao lema da Pátria Educadora, avaliando que o mérito do documento foi trazer à memória do atual governo a legitimidade do controle social sobre os desígnios do Plano Nacional, que é lei, e que dependerá, para virar realidade, de financiamento público. "O FNE se posiciona contrariamente à política anunciada, que, ao prever redução de

recursos, compromete a consolidação das metas e estratégias do PNE."

"Havíamos planejado tudo e tinha de estar andando para podermos implementar em 2016", adverte a docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faced/Ufrgs) Maria Beatriz Luce, que foi secretária de Educação Básica do MEC de 2014 até o começo de março deste ano e ocupou uma cadeira no FNE, em 2014. "O que está em disputa é o projeto de política educacional do País", diz a professora, que integra o Departamento de Estudos Especializados da Faced. Ela está atenta aos passos dados em Brasília e conectada à pauta que tem ajudado a construir.

Maria Beatriz ressalta que 2015 servirá para consolidar a legislação nos estados e nos municípios, que precisam sacramentar seus planos de Educação até fim de junho. Em 2016, logo ali, os desafios serão do tamanho do Brasil, e exigem medidas para "ontem". A ex-secretária de Educação Básica reforça que os caminhos para executar as metas já podem ser percorridos. A plataforma do PNE na internet (pne.mec.gov.br) é a referência de como está o andamento. "O Plano é enxuto, com muita objetividade e, nos quatro últimos anos, o MEC foi alinhando projetos e gestão". Segundo ela, qualquer mexida em previsão de orçamento deveria ser antecipadamente discutida

Reportagem Especial

com os setores.

A docente do Departamento de Estudos Especializados da Faced tem especial preocupação com a execução do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa. Maria Beatriz recorre ao próprio discurso da presidente, que, segundo a professora da Faced, veio com a surpresa do lema da Pátria Educadora. "O texto é muito bom, pela definição da Pátria Educadora, que educa para a cidadania". Ela cobra, agora, mais vigor em promover as ações

secretária de Educação Básica. Cem mil escolas, entre Educação Infantil e Ensino Médio, produziram um fluxo intenso de propostas para a empreitada curricular.

"Os resultados obtidos com o Pacto da Alfabetização são fantásticos, os professores se sentem mais valorizados, as universidades fazem a capacitação", explica. Mas tudo isso depende de aportes, e muitos não haviam chegado até maio.

A ex-secretária tem relatado em conferências Brasil afora o

Jaqueleine, que se multiplicou com força pela internet, foi o rumo da educação integral na agenda do MEC e, claro, do governo da Pátria Educadora.

"Pilotei esta área no MEC. As coisas poderiam estar evoluindo em ritmo mais acelerado", opina Jaqueleine, coordenadora do programa Educação para Todos entre 2008 e 2013. A professora da Ufrgs, que ocupa uma das cadeiras do Conselho Estadual de Educação, preocupa-se em garantir condições para cumprir a meta



Maria Beatriz Luce revela preocupação com a execução do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa



Carmila Domingues / Palácio Piratini

dentro do plano que foi gestado durante quatro anos. A formação de professores depende de que os recursos cheguem às escolas, assim como da intensa participação na formulação dos currículos. "A janela está aberta, o momento é esse, os professores se mobilizaram e criaram um portal com todas as tecnologias, usando recursos já disponíveis", relata a ex-

ambiente político que ronda o País e que pode interferir nas agendas já definidas. Colega de Maria Beatriz na Faced, e tendo em comum a passagem pelo MEC, Jaqueleine Moll, que atuou de 2005 a 2013 no Ministério, expôs em rede social suas preocupações e pode ter influenciado a tomada de algumas resoluções em Brasília. O alvo do manifesto de

6 do PNE, que fixa 2024 como prazo para que metade das escolas de Educação Básica estejam atendendo em turno integral. "Temos que ter padrão de prédio, mobiliário, recursos pedagógicos, carreira e salário de professores. Mas focar em padrões homogêneos de avaliação, quando as condições de oferta e permanência são ainda tão desiguais, é apostar na

Jaqueleine cita que são 60 mil escolas em tempo integral em 90% dos municípios brasileiros. O ganho está no aumento do número de alunos que ficam pelo menos sete horas na escola. Eram 3,1 milhões em 2013 e 4,4 milhões no ano passado. A integrante do Conselho Estadual de Educação considera de qualidade o diálogo com o atual governo local. A Assembleia Legislativa está na reta final para discutir e apreciar a proposta de Plano Estadual de Educação, previsto na lei federal, e que colocou 24 de junho como prazo final para aprovação das leis estaduais e municipais. "O regime de colaboração garantirá que metas sejam cumpridas", avalia Jaqueleine. Estudo do pesquisador da Fundação de Economia e Estatística (FEE) Marcos Vinicio Wink Junior, publicado na Carta de Conjuntura de junho, alertou para o baixo índice de matrículas de crianças de quatro a seis anos em Educação Infantil no Estado.

Segundo Wink, a taxa de matrícula líquida (razão entre crianças dessa faixa etária na escola e a população dessa idade) foi de 66,3% em 2013. Na região Metropolitana e Sudeste, as taxas são de 58,1% e 57,8%, respectivamente. "Pelo tempo exíguo até 2016, a universalização da pré-escola é a principal preocupação de estados e municípios", disse o pesquisador.

A diretora de Planejamento da Secretaria Estadual da Edu-



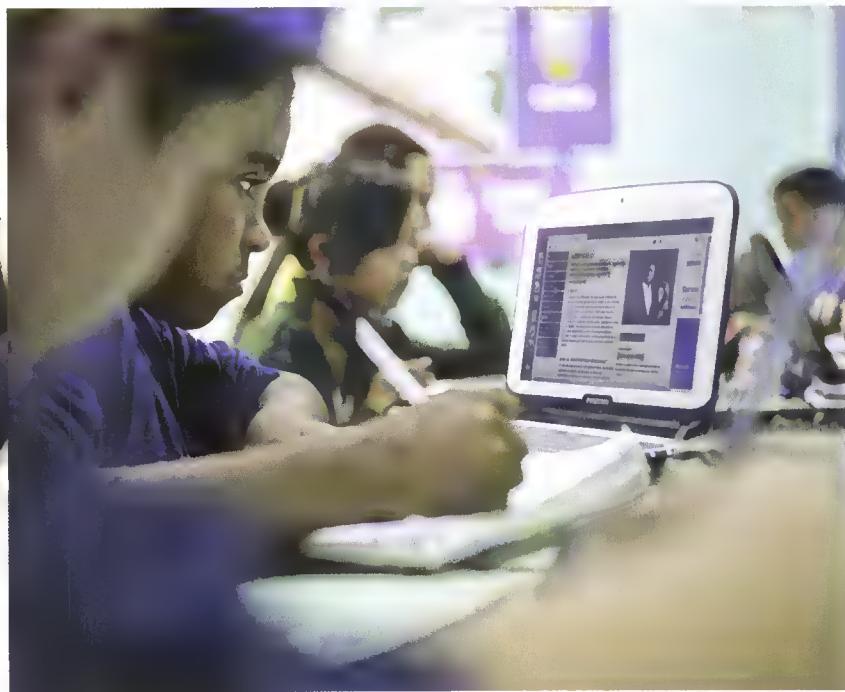
Jaqueleine Moll: preocupação com o cumprimento da meta que fixa prazo para que metade das escolas de educação básica atendam em turno integral.

cação (SEC), Iara Wortmann, informou que a primeira meta a ser vencida é o monitoramento intenso para garantir de que todos os 497 municípios tenham suas leis. "O placar é diário e até grupos na ferramenta do Whatsapp ajuda", conta Iara, lembrando que a plataforma do plano estadual foi herdada do governo Tarso Genro (PT) e desarquivada por José Ivo Sartori (PMDB). Para a diretora de Planejamento da SEC, a execução das metas do PNE dependerão da ação integrada entre organismos municipais, estaduais e União. "O plano tem um texto mais enxuto, mas nada é simples, e a principal meta de todos é melhorar a qualidade", pontua. A adoção de índices para medir desempenho – capitaneados no Ideb – é um caminho, mas Iara reconhece que não pode

ser o principal. A importância de manter a viabilidade da Educação Integral é outro ponto defendido pela ex-secretária da Educação. "Não precisa ser para todas as escolas. Quem escolhe é a comunidade."

Documento extraterrestre

O ministro-chefe da SAE, Mangabeira Unger usou Ensino Básico em vez de Educação Básica na denominação do seu documento, que se propõe a dizer como será executado o PNE. "Uma lei arcabouço" é a expressão que tem sido usada por ele quando questionado sobre um ou outro. PNE e documento da SAE falam a mesma linguagem? "O texto fala em qualificação do Ensino Básico, não usa o termo Educação Básica, que é muito diferente. Além disso, o Ensino está contido na Educação",



explica a ex-coordenadora do Mais Educação no MEC, Jaqueline Moll. "É um documento extraterrestre, que desconhece todo o movimento de escolas públicas dos 26 estados e do Distrito Federal", critica. "O documento pousa como se o sistema educacional brasileiro tivesse começado hoje."

Desde 22 de abril, quando surgiu a proposta, Mangabeira vem sendo questionado. "Ele se propõe a interpretar o discurso da presidente, mas quem elaborou o discurso da posse não está em sintonia com este de agora", observa Maria Beatriz Luce. "Estamos absolutamente surpresos, são novos tempos, novas agendas, mas não se trata de uma revolução ou de um governo de oposição." A ex-secretária de Educação Básica do MEC lista um conjunto de divergências, desde a gestão das escolas, formação de professores e dirigentes, reifica a prova Brasil

como modelo de avaliação, trata o currículo como um conjunto de capacitações e não com uma visão mais abrangente, vivências e atitudes. Para formação de diretores, há uma escola nacional reconhecida, e Unger propõe cursinhos intensivos de quem é diretor e de quem poderá se candidatar. A visão, preocupa-se a docente da Ufrgs, é de formar alunos para o mercado, além de reativar a meritocracia. "É uma meritocracia na pior das vertentes, que vem sendo combatida e contestada mundialmente", adverte Maria Beatriz.

Em entrevistas a jornais como O Globo, o professor, que está pela segunda vez num governo presidencial do PT desde 2003, fala em intervenção em municípios que não atingirem metas, compara o mecanismo com a gestão do Sistema Único da Saúde, exalta sistemas de avaliação, propõe currículo nacional, reforça a exis-

tência de escolas de excelência. Uma das colocações mais polêmicas do documento, que se estende por 29 páginas, logo no item 3, "Ponto de Partida", apresenta: "Organizar a diversidade para permitir a evolução. Nunca tivemos Sistema Nacional de Ensino. A Educação Pública no Brasil tem sido, simultaneamente, desorganizada e uniforme: uniforme no conformismo com a mediocridade".

O FNE saiu em defesa do Sistema Nacional de Educação, "fruto de uma construção histórica, com embates que alcançam o século XXI", lembrando da rede de conferências nas três esferas e de fóruns. A posição faz parte da Nota Pública (NP) 26, de 29 de abril, e que contrapôs a peça da SAE com as propostas do Brasil como efetiva Pátria Educadora. Ao reafirmar o caminho do PNE e cobrar urgência na aplicação do lema do atual governo (pa-

uta da NP 25 de 24 de março), o Fórum declara ser contrário ao documento de Unger, mesmo que preliminar, e rechaça o uso do termo Ensino Básico, a premiação por metas, revisão do modelo de distribuição de verbas (defendendo o cumprimento da meta do PNE), combate o currículo único e afirma que o debate proposto é pontual e que fragmenta a busca de medidas que beneficiem a educação brasileira.

FNE e Mangabeira Unger tiveram rápido encontro em 29 de maio, durante a reunião plena do órgão. O ministro alegou que seu documento é preliminar para subsidiar o debate e acredita que a peça e o PNE se complementam. "O PNE organiza procedimentos e define metas, mas não estabelece o plano completo de ação", argumentou. Em nota do MEC, publicada pelo *O Globo*, o ministério diz que está em diálogo com outras

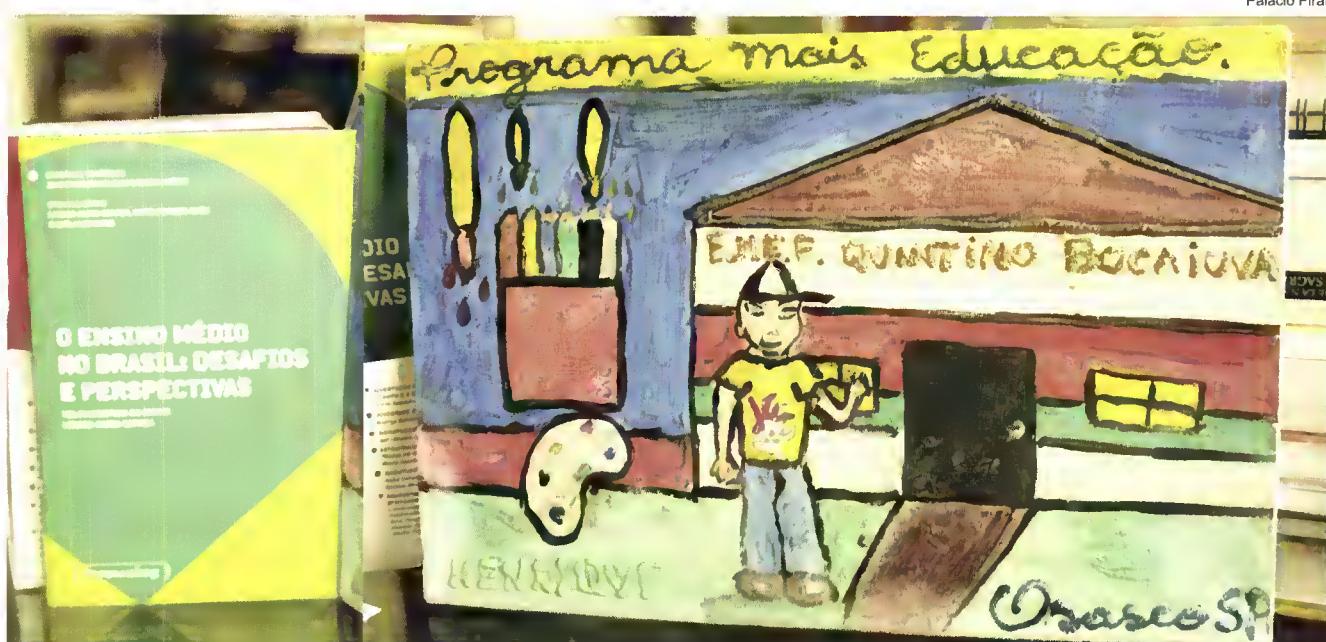
áreas, que o ministro Unger é um pensador e poderá contribuir, mas ressalta que já atua com estados e municípios em relação a deficiências, e que discute com conselho de secretarias de educação e secretários a formulação de currículos.

Jaqueline conhece a trajetória do titular do MEC, Renato Janine Ribeiro, e acha difícil que as intenções da SAE vinguem. A ex-coordenadora do Mais Educação qualifica de "desarranjo" algumas ideias, contrastando com as que estão em andamento. Entre as proposições, estão escolas de altas habilidades para estudantes com maior capacidade e escolas para a massa maior de alunos, que chama de turno social ampliado. Aguerrida e entu-

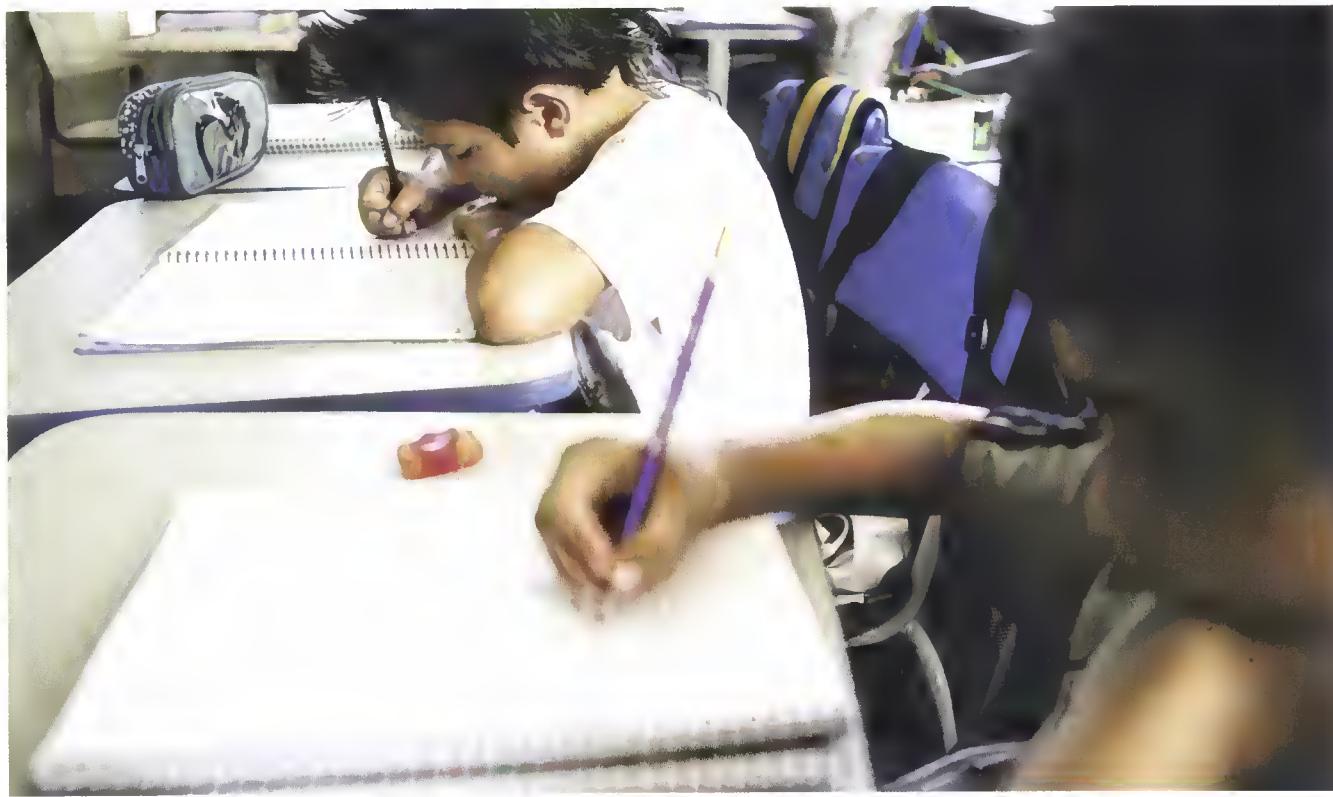


Documento de Mangabeira Unger: contestado por fragmentar debate sobre a educação brasileira.

siástica defensora da Educação Integral, Jaqueline atenta que o modelo de Unger desconstrói o horizonte de formação integral, colocando em jogo um bem maior. "É um momento tenso e conflituoso, não é só na Educação, mas na sociedade. Embora tenhamos, há pouco tempo, buscado avançar, parece que se tenta voltar atrás, o que traduz uma sociedade que poucas vezes



Palácio Piratini



foi instada a sair da zona de conforto”, analisa Jaqueline, que aposta na execução do PNE. “Mas isso depende da organização da sociedade.”

Próximas cenas

Em meados de junho, Dilma foi entrevistada por Jô Soares, que levou seu programa da TV Globo ao Palácio do Planalto, em Brasília.

Jô perguntou se o ajuste não ia prejudicar as metas em Educação. A presidente não entrou nos números de finanças públicas, mas concordou que o Brasil, para ser um País sério, tem de investir em ciência, tecnologia e inovação, e disse ainda que as pessoas, para isso, precisam ter educação de qualidade. “O ensino tem de ser bom da creche à universidade”, demarcou Dilma, e que parte das soluções para arrancar a raiz das desigualdades e estimular a criança vem daí. Faltou a chefe da Nação deixar claro qual será o modelo que conseguirá levar a cabo esta empreitada.

Censo Escolar da Educação Básica(2013)

Abrangência	Matrículas	Funções docentes	Estabelecimentos
Educação infantil	7.590.600	474591	190.706
Ensino Fundamental	29.069.281	1.409.991	141.260
Ensino Médio	8.312.815	509.403	27.450
Educação de Jovens e Adultos	3.772.670	254.479	37.060
Educação Especial	843.342	942.763	104.000
Total	50.042.448	2.148.023	190.706

Fonte: Inep/MEC

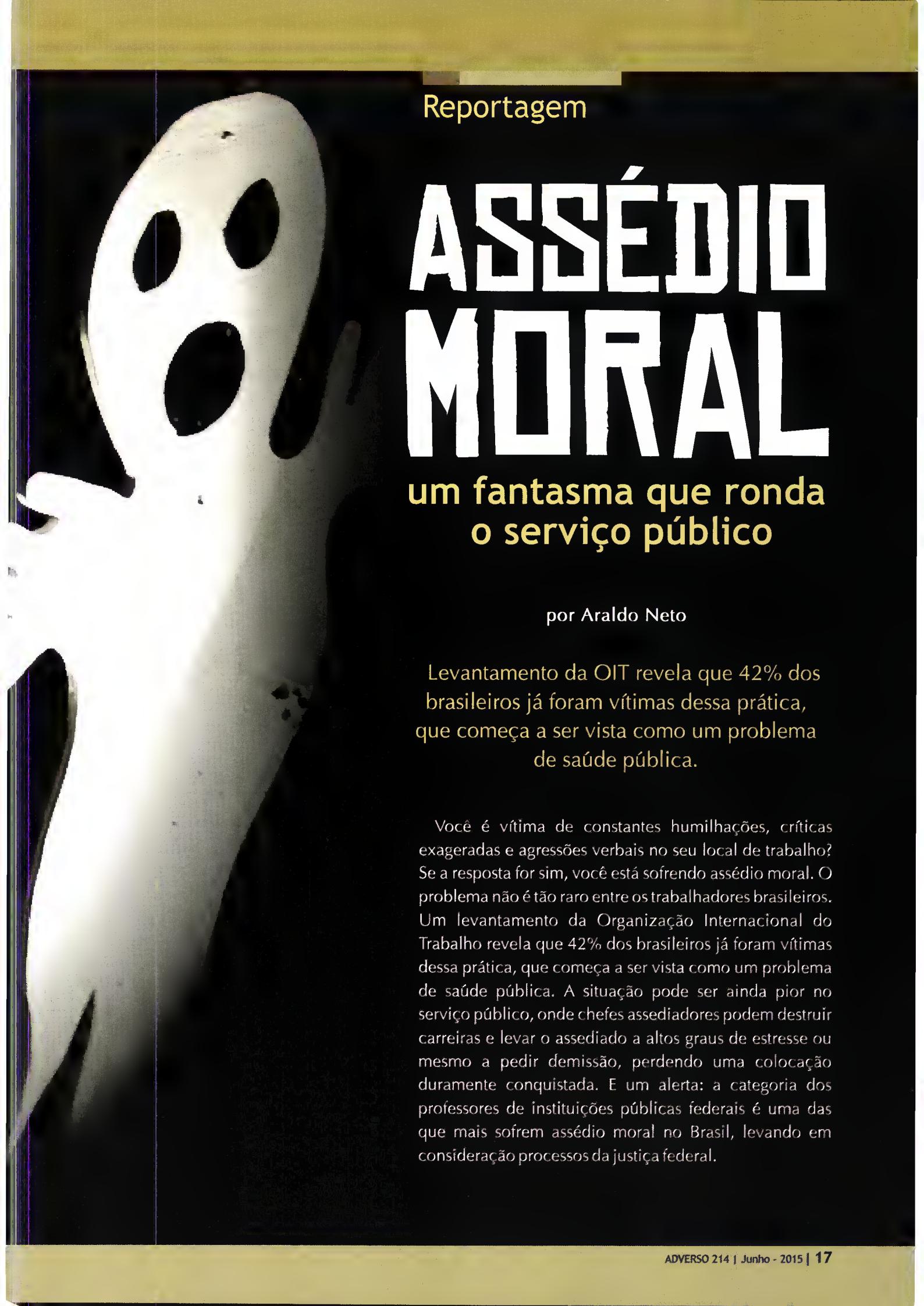
EDUCAÇÃO NO RS

Cobertura de educação na pré-escola

Mesorregião	Taxa de matrícula líquida (%) (*)
Centro ocidental	69,1
Centro oriental	81,5
Metropolitana	58,2
Nordeste	68,5
Noroeste	83,6
Sudeste	57,8
Sudoeste	68,3
Estado	66,3

Fonte: FEE

(*) Razão entre o número de crianças de quatro a seis anos matriculadas e a população nessa faixa de idade.



Reportagem

ASSÉDIO MORAL

um fantasma que ronda
o serviço público

por Araldo Neto

Levantamento da OIT revela que 42% dos brasileiros já foram vítimas dessa prática, que começa a ser vista como um problema de saúde pública.

Você é vítima de constantes humilhações, críticas exageradas e agressões verbais no seu local de trabalho? Se a resposta for sim, você está sofrendo assédio moral. O problema não é tão raro entre os trabalhadores brasileiros. Um levantamento da Organização Internacional do Trabalho revela que 42% dos brasileiros já foram vítimas dessa prática, que começa a ser vista como um problema de saúde pública. A situação pode ser ainda pior no serviço público, onde chefes assediadores podem destruir carreiras e levar o assediado a altos graus de estresse ou mesmo a pedir demissão, perdendo uma colocação duramente conquistada. E um alerta: a categoria dos professores de instituições públicas federais é uma das que mais sofrem assédio moral no Brasil, levando em consideração processos da justiça federal.

No mês de março, a Adufrgs-Sindical participou do seminário “Estado, Poder e Assédio: relações de trabalho na administração pública”, realizado em Curitiba. O evento, promovido pela Coordenação Nacional de Advogados dos Servidores Públicos (Cnasp) e diversas entidades, teve como objetivo proporcionar um debate e criar estratégias de atuação para combater o assédio moral nas administrações públicas. O 1º tesoureiro da Adufrgs, Vanderlei Carraro, participou do seminário. Segundo ele, a Adufrgs precisa estar atenta ao tema, pois os sindicatos não podem ficar omissos. “Já deve ter ocorrido casos de associados que sofreram assédio e nós fechamos os ouvidos e os olhos. Não queremos mais fazer isso”, afirma. Vanderlei informa que a Adufrgs-Sindical está debatendo o assunto inter-

namente, com o objetivo de criar uma estrutura externa para analisar as denúncias na categoria. O dirigente cita como exemplo a Associação dos Professores da Universidade do Paraná (APUFPR), que constituiu um grupo interno, formado por profissionais da medicina, psicologia, psiquiatria, entre outras. Cabe a esse grupo avaliar se cada denúncia se configura ou não assédio moral. “O sindicato entra junto no processo jurídico, para defender o professor contra o assédio de não poder dar aula, de não receber sua dedicação exclusiva, de ser excluído de uma pós-graduação no exterior”, exemplifica.

O advogado da Adufrgs-Sindical, Francis Bordas, informa que, até hoje, os conflitos entre docentes têm sido resolvidos fora do sindicato. Segundo ele, é uma tradição da entidade

não se envolver nestes, porque isso não está previsto nos estatutos. “O assédio moral é um assunto relativamente novo e jamais foi debatido amplamente na categoria”, justifica. De acordo com Bordas, quando o assunto é assédio moral, o sindicato caminha sobre ovos, pois teme ser mal interpretado se tomar partido. Contudo, ainda que polêmico, é um dilema a ser resolvido, já que o não envolvimento do sindicato pode ser confundido com a “defesa do agressor”. A convivência, nestes casos, contradiz um dos principais objetivos da ação sindical, que é defender a saúde do associado. “O assediador tem que saber que o sindicato está do lado do assediado, mas que isso não tira o direito dele como associado, inclusive de buscar assessoramento jurídico, médico ou psiquiátrico. Há um conflito de interesses

Situações que caracterizam o assédio moral

A forma mais comum de assédio moral se dá verticalmente, ou seja, na relação patrão-empregado. Mas também pode ser horizontal, entre colegas. O assédio moral se configura quando o trabalhador é submetido a situações humilhantes e constrangedoras. A vítima sofre com conduta abusiva, com violação ao respeito, à dignidade humana, cidadania, imagem e coação moral. Para ser configurado o assédio, tais práticas devem acontecer de forma repetitiva e prolongada durante a jornada de trabalho e no exercício das suas funções. Dessa forma, há a degradação deliberada das condições de trabalho, isolando uma vítima de um grupo, que passa a ser hostilizada, ridicularizada e inferiorizada, com a intenção de forçá-la a pedir demissão. O advogado da Adufrgs, Francis Bordas, cita um exemplo clássico de atitude que caracteriza o assédio moral: “Quando um chefe convoca uma reunião para às 10 horas com um trabalhador e para às 9 horas com todos os demais, e depois acusa este trabalhador de estar atrasado, ele está praticando uma sabotagem, que é uma forma de assédio moral.”



entre os associados, sim, só que isso tem que ser posto de maneira muito clara pela categoria", afirma. O dirigente da Adufrgs, Vanderlei Carraro, lembra que o sindicato cuida do associado em caso de assédio, sem julgar se culpado ou inocente. "Nosso compromisso é acolher e estar disponível, fazendo tudo que for necessário para que a verdade se estabeleça", destaca.

O procurador regional da República, Paulo Cogo Leivas, afirma que, no âmbito da Justiça do Trabalho, há uma jurisprudência consolidada, ações e, inclusive, medidas preventivas adotadas pelo Ministério Público do Trabalho. Segundo ele, no campo da administração pública, não está tão consolidado quanto na Justiça do Trabalho. Embora não tenha um levantamento preciso sobre o número de ações de assédio moral no País, o advogado Paulo Cogo Leivas informa que militares e professores de universidades públicas federais são as duas categorias com mais ações desta natureza.

O procurador defende que é preciso trabalhar a questão do assédio moral com uma ênfase maior na saúde do trabalhador, especialmente na saúde mental, e que sejam tomadas medidas preventivas para que os abusos não aconteçam. "As instituições precisam estar preparadas para que, quando identificada uma situação de assédio moral, imediatamente, sejam tomadas medidas de proteção à vítima", opina Leivas. Como exemplo de prevenção, ele cita o afastamento do trabalhador assediado de seu

"Transformou minha vida num inferno"

Durante dois anos, o ex-professor de medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Fernando Hintz Greca, sofreu seguidas ações típicas de assédio moral, praticadas por seu então chefe imediato. Tudo começou em 1998, quando Greca precisou se afastar da universidade para realizar uma operação cardíaca. Na ocasião, ele era o chefe da disciplina de técnica operatória e cirurgia geral. No retorno ao trabalho, foi convidado para atuar na área de cirurgia geral, onde, nos dois anos seguintes, foi submetido a diversas formas de assédio moral. "Esse homem transformou minha vida num inferno. Ele tirou minhas aulas, tirou minhas atribuições de professor. Toda a cirurgia de cólon, reto e ânus, que era minha área, eu não podia operar. Eu não podia exercer nada da minha profissão", lamenta. A vítima lembra também que era impedida de fazer parte da banca do concurso de residência e de participar das provas de alunos monitores da Universidade. "Não me avisavam. Não me convidavam", afirma. Segundo a vítima, outros colegas mandavam recados do agressor. "Se eu não calasse a minha boca e parasse de dar declarações que divergiam das dele, eu seria mandado embora. Até que chegou um dia que ele me demitiu", relembra.

Ao longo dos dois anos que sofreu assédio na UFPR, o médico solicitou quatro vezes abertura de sindicância contra as atitudes de seu agressor. Todos os pedidos foram negados pela Universidade. Esgotada a via administrativa, Greca ingressou na Justiça do Trabalho contra a instituição e o assediador. Em 2012, depois de cinco anos, o processo foi julgado na Justiça Federal, que deu ganho de causa ao ex-professor. "Depois que acabou a ação, eu me aposentei. Não tinha mais vontade de voltar para a Universidade, que me tratou como criminoso. De alguma forma, feriu minha honra", desabafa. Hoje, aos 63 anos, o médico dá aula em uma universidade privada em Curitiba. Fernando Greca revela que a melhor prova para configurar a prática de assédio moral, judicialmente, é guardar documentos que comprovem a ação. Outra dica é buscar apoio de alunos, residentes e secretárias, por exemplo, evitando colegas professores. "Não se acovarde. Não tenha medo. É a única maneira de mudar essa chaga vivida no serviço público", recomenda.



assediador. "Caracterizada uma situação de assédio moral, deveria ter alguma forma de impedir que o trabalhador e o assediador mantenham a relação de trabalho, principalmente de subordinação", destaca. Por outro lado, Paulo Cogo Leivas defende que as instituições devem submeter o tema às unidades existentes dentro das instituições, que trabalham na questão da saúde dos trabalhadores.

Problema de saúde

De acordo com o advogado da Adufrgs, Francis Bordas, o judiciário não pode ser a primeira opção para atender os casos de assédio moral, que é, segundo ele, um problema de saúde do trabalho. Assim, as vítimas de assédio devem procurar, primeiro, os profissionais de saúde para tratar dos problemas decorrentes deste tipo de ação. "O que tu vais conseguir no judiciá-

rio? No máximo, uma indenização. Uma remoção do local de trabalho. Talvez nem isso. E somente daqui a seis, oito anos. O que isso vai te adiantar?", questiona. Por sua vez, o procurador regional da República, Paulo Cogo Leivas, destaca que a indenização é importante como forma de reparação, mas que também é necessário reforçar medidas de proteção à saúde do trabalhador no âmbito das instituições e medidas preventivas e cautelares no âmbito do Judiciário. Como exemplo, Leivas cita uma decisão inédita da Justiça, que, no ano passado, obrigou a Universidade Federal do Paraná (UFPR) a pagar multa em favor do sindicato (Apufpr). Determinou, ainda, que o valor da multa deverá ser investido em campanhas pela melhoria da saúde e das condições de trabalho dos docentes. A universidade paranaense foi condenada

por prática de assédio moral institucional coletivo contra seus docentes.

A verdade é que sempre existiu assédio moral nas relações de trabalho. Nos últimos anos, porém, este tipo de caso tem ganhado mais notoriedade, inclusive dentro das instituições públicas de ensino. De acordo com o advogado da Adufrgs, Francis Bordas, o novo modelo de gestão, aplicado na administração pública a partir dos 90, baseado na eficiência e resultado dos servidores públicos, agravou o problema. Um exemplo, segundo ele, é a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), extinta em 2008, que fomentou a competição e reforçou o individualismo entre os docentes, pois previa pagamentos diferenciados, segundo o desempenho de cada um. "Vários estudos apontam que o crescimento do assédio moral vem muito da for-

Sem legislação específica sobre assédio moral

Não existe nenhuma legislação no Brasil que trate especificamente do assédio moral no ambiente de trabalho. Mesmo assim, os tribunais brasileiros julgam e condenam atos de assediadores, com base no artigo 186 do Código Civil, que trata do dano moral. "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito", menciona a lei. Existem muitos projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, cujo objetivo é regular o assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil. Dois deles caracterizam esta pressão que afeta a dignidade dos trabalhadores (PL nº 4.742/2001 e PL 5.971/2001) como crime passível de detenção de 1 a 2 anos. Outro projeto de lei com a mesma finalidade, o PL 4501/2001, trata de penalizações aos servidores públicos que praticarem assédio moral contra seus subordinados. Este PL cria um artigo na Lei nº 8.212, com o seguinte conteúdo: "É proibido aos servidores públicos praticarem assédio moral contra seus subordinados, estando estes sujeitos às seguintes penalidades disciplinares: I – advertência; II – suspensão; III – destituição do cargo ou comissão; IV – destituição de função comissionada; V – demissão".

ma como é cobrado o trabalho. Hoje, o professor é compelido a produzir. Num período em que é necessário brigar com unhas e dentes por uma quantia escassa de verbas para pesquisa, por exemplo, ao natural está se criando uma competição que nem sempre é sadia", critica.

Efeitos na saúde do assediado

Um estudo realizado pela pesquisadora Margarida Barreto, intitulada "Uma jornada de humilhações", da PUC de São Paulo, com apoio da Fapesp, ouviu 870 pessoas que apresentaram sintomas prejudiciais à saúde após serem assediadas no ambiente profissional. Todos os homens pesquisados relatam "ideia de suicídio" e "sede de vingança". Já a totalidade das mulheres revela "crises de choro". Confira os dados completos da pesquisa:

Assédio moral será tema de disciplina na UFCSPA

O tema assédio moral começa a ganhar visibilidade também nas universidades. O próximo semestre na UFCSPA contará com uma disciplina eletiva sobre Assédio Moral. Paulo Cogo Leivas, que também é professor na universidade, informa que a disciplina, aberta a todos os cursos, vai estabelecer uma relação entre o tema assédio moral e direitos humanos. "É um tema interdisciplinar que envolve tanto discussões no campo do direito e da bioética, quanto no campo específico da saúde do trabalhador, especialmente no que diz respeito à saúde mental do trabalhador", explica.



Sintomas prejudiciais à saúde do assediado

	Mulheres	Homens
Crises de choro	100%	0%
Dores generalizadas	80%	80%
Palpitações, tremores	80%	40%
Sentimento de inutilidade	72%	40%
Insônia ou sonolência excessiva	69,6%	63,6%
Depressão	60%	70%
Diminuição da libido	60%	15%
Sede de vingança	50%	100%
Aumento da pressão arterial	40%	51,6%
Dor de cabeça	40%	33,2%
Distúrbios digestivos	40%	15%
Tonturas	22,3%	3,2%
Ideia de suicídio	16,2%	100%
Falta de apetite	13,6%	2,1%
Falta de ar	10%	30%
Passa a beber	5%	63%
Tentativa de suicídio	0%	18,3%

Fonte: www.assediomoral.org

Assédio no cinema

Terra Fria (EUA - 2006)

Drama

Dirigido por Niki Caro

Com Charlize Theron, Frances McDormand e

Sissi Spacek



De formas diversas, o assédio moral e sexual em locais de trabalho já foi abordado no cinema. Em "Terra Fria", Charlize Theron protagoniza um drama baseado na história real de uma mãe solteira que retorna à cidade natal, em busca de emprego. Com dois filhos para sustentar, consegue trabalho em uma mineradora, na penosa tarefa de extração do ferro, atividade que era exercida exclusivamente por homens. Constrangida e humilhada pelos colegas de trabalho, ela apresenta denúncia a seus superiores, mas quando percebe que suas reclamações estão sendo ignoradas, decide levar o caso à Justiça. Essa foi a primeira ação coletiva por assédio sexual dos Estados Unidos, um marco histórico, que influenciou outros processos judiciais e lutas feministas no País e no mundo.

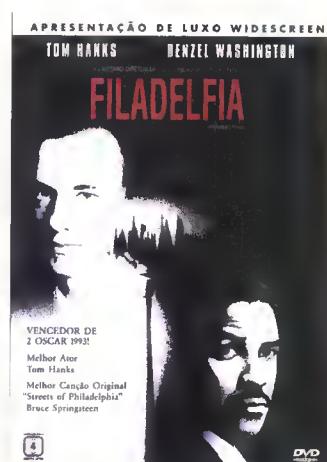
Filadélfia (EUA - 1993)

Drama

Escrito por Ron Nyswaner

Dirigido por Jonathan Demme

Com Tom Hanks e Denzel Washington



Impossível não se comover com 'Filadélfia', um dos primeiros filmes comerciais de Hollywood a reconhecer a relação entre a AIDS e a homofobia, num tempo em que o assédio moral nas relações de trabalho ainda não era um conceito difundido. O filme conta a história de um advogado homossexual, que trabalha em uma importante firma de Filadélfia, que é demitido quando já não consegue esconder dos colegas que tem AIDS. Inconformado, ele decide entrar na Justiça. Para isso, contrata um advogado negro e homofóbico, que, durante o julgamento acaba se defrontando com seus próprios medos e preconceitos. O filme deu a Tom Hanks o Oscar de melhor ator, em uma atuação estupenda.

Também em comédias, o tema do assédio moral inspirou o cinema fartamente. No filme "O Diário de Bridget Jones", a personagem principal é alvo de piadas grosseiras e zombarias por parte de chefes e colegas, enquanto em 'O Diabo Veste Prada', a auxiliar de uma grande estilista de moda é sistematicamente humilhada diante da equipe pela chefe durona e prepotente.

Redução da maioridade penal no Brasil gera polêmica no meio jurídico

por Araldo Neto

Uma das pautas mais polêmicas que tramita na Câmara de Deputados, a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, também tem sido foco de muitas discussões no meio jurídico. O tema faz parte da proposta de emenda constitucional (PEC) 171/93, aprovada, recentemente, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, por 42 votos a favor e 17 contra. Especialistas na área do direito questionam se a matéria é constitucional e também se a mudança da lei teria eficácia. Se, no campo jurídico, o assunto divide opiniões, entre os brasileiros a medida tem ampla aceitação, chegando a 90%, em uma pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

No meio jurídico, há muita polêmica sobre os efeitos práticos do projeto de lei. A professora do Departamento de Ciências Penais da Faculdade de Direito da UFRGS, Ana Paula Motta Costa, tem posição absolutamente contraria à redução da maioridade penal. Segundo ela, a medida não vai contribuir para reduzir a violência, porque as prisões brasileiras são um espaço de afirmação de uma cultura negativa sobre o sujeito e afirmativa da criminalidade. Um processo que, na criminologia, é chamado de aculturação. Ana Paula explica que, à medida que o preso vai pertencendo àquele lugar, ele adquire uma identidade criminosa. A advogada e professora Ana Paula é estudiosa do tema da criança e do adolescente há mais de 20 anos, inclusive com publicações sobre o assunto. Na UFRGS, ela também é coordenadora do G10 – grupo vinculado ao Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (Saju), que assessorá e acompanha adolescentes em conflito com a lei.

Com a propriedade de quem conhece o tema, a pesquisadora afirma que um adolescente na faixa etária entre 16 e 18 anos está num momento de vida em que busca afirmação e identidade. Para ela, a alternativa que a sociedade oferece na prisão é a da criminalidade. "O que isso pode gerar? Mais violência. Por mais que se pense sobre os argumentos a favor da redução da maioridade penal, me parece que essa medida não responde", afirma. A professora da UFRGS faz uma brincadeira com o número 171 da PEC que



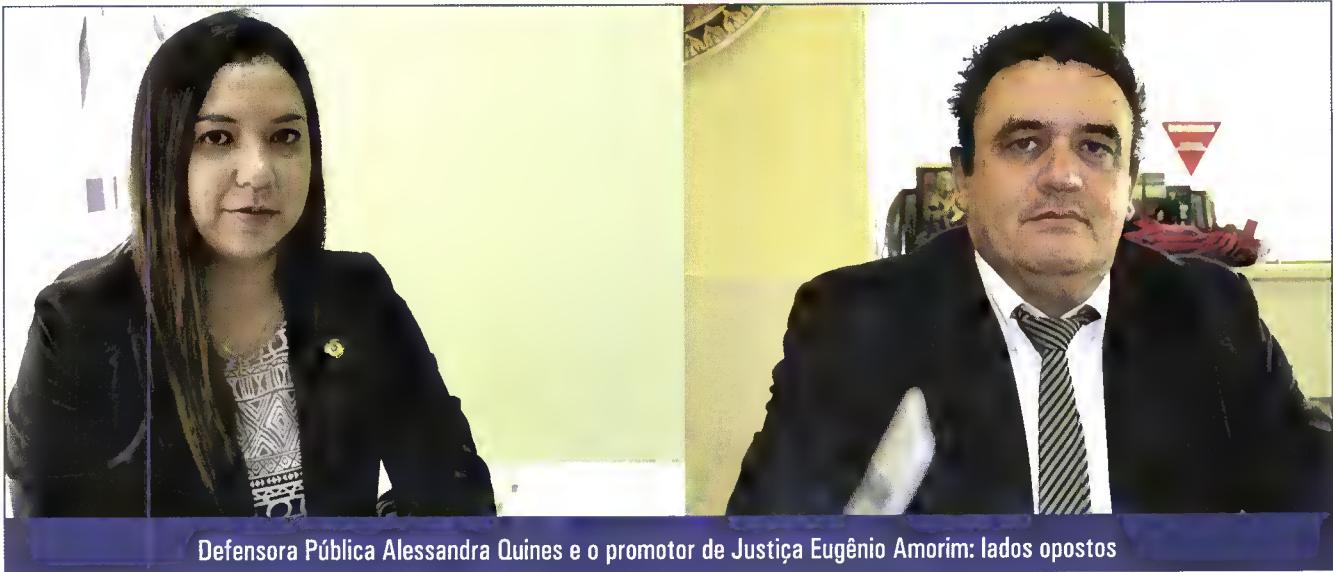
Professora da Ufrgs Ana Paula Costa sustenta que redução da maioridade penal ampliaría a violência

pretende reduzir a maioridade penal. Ela lembra que o número se refere ao crime de estelionato no código penal. "Essa emenda constitucional é um engano, porque dialoga com uma sociedade inteira, que acredita que a medida vai resolver o problema da violência", questiona.

Já o promotor de justiça, Dr. Eugênio Paes Amorim, pensa diferente em relação ao tema. Defensor da PEC, ele sustenta que a medida é urgente, porque a nova legislação obrigaría os adolescentes autores de crimes hediondos a responder perante a Justiça como se fossem maiores. "Esse é o sistema que funciona na Inglaterra. Sendo que lá não tem um limite de 16 ou 14 anos. Pode ser até menos, dependendo da gravidade do crime. Parece-me que essa é a melhor política criminal", defende. Segundo Amorim, o critério da idade para definir a maioridade penal não é científico, mas de política criminal. Ele defende que a evolução da sociedade também trouxe reflexos na juventude. O promotor cita como exemplo, a

distribuição de camisetas em escola, a redução da idade para dirigir e o poder de voto concedido aos adolescentes de 16 anos. "No crime, os adolescentes estão aí, com fuzil, metralhadora e colete. Alguns até em posição de destaque nas quadrilhas. Nós temos adolescentes que já praticaram mais de 10 homicídios em Porto Alegre", argumenta. Contudo, no entendimento do promotor, a redução da maioridade penal pura e simples é uma medida de repressão, que não resolve o problema da criminalidade juvenil. "Entendo que a medida é necessária, mas tem que vir acompanhada de projetos de médio e longo prazo para uma transformação social", opina.

A defensora pública, Alessandra Quines, dirigente do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, afirma que não é necessário que se crie outra lei para fazer algo que já existe. "Nós temos o sistema de responsabilização dos jovens, que é adequado para pessoas em desenvolvimento", defende. Para Alessan-



Defensora Pública Alessandra Quines e o promotor de Justiça Eugênio Amorim: lados opostos

dra, o sistema prisional é algo que não funciona e não previne a criminalidade. "Vamos aumentar a escola do crime, jogando jovens no sistema penal fracassado do Brasil. Eles teriam condições de se ressocializar num outro tipo de sistema." De acordo com ela, não é entre os adolescentes que está a criminalidade. "Os jovens são responsáveis por menos de 1% dos crimes no Brasil", informa.

Até junho de 2011, o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL), do Conselho Nacional de Justiça, registrou ocorrências de mais de 90 mil adolescentes. Desses, cerca de 30 mil cumprem medidas socioeducativas. O número corresponde a 0,5% da população jovem do Brasil, que conta com 21 milhões de meninos e meninas entre 12 e 18 anos. Considerando o baixo índice de criminalidade nesta faixa etária, o promotor de justiça, Eugênio Amorim, retruca os dados apresentados pela defensora. "Nós não vamos acabar com a adolescência.

Vamos é excluir da sociedade a parcela violenta dentro desse 1%. Não vamos brigar por tão pouco", brinca o promotor favorável à redução da maioridade penal. Sobre as condições dos presídios que seriam "a escola do crime", Amorim argumenta que o presídio não resolve o problema da criminalidade para os menores, assim como não resolve para os maiores. "Esse é um argumento abolicionista. É um argumento que autorizaria acabar com o todo o direito penal. Isso não é argumento", critica.

Maioridade penal aos 16 anos tem ampla aprovação popular

Uma pesquisa realizada recentemente pelo Instituto Datafolha, em 171 cidades do País, apontou que 87% dos brasileiros são a favor da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Já o levantamento da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) mostra um índice ainda maior de brasileiros favoráveis à mudança na legislação penal:

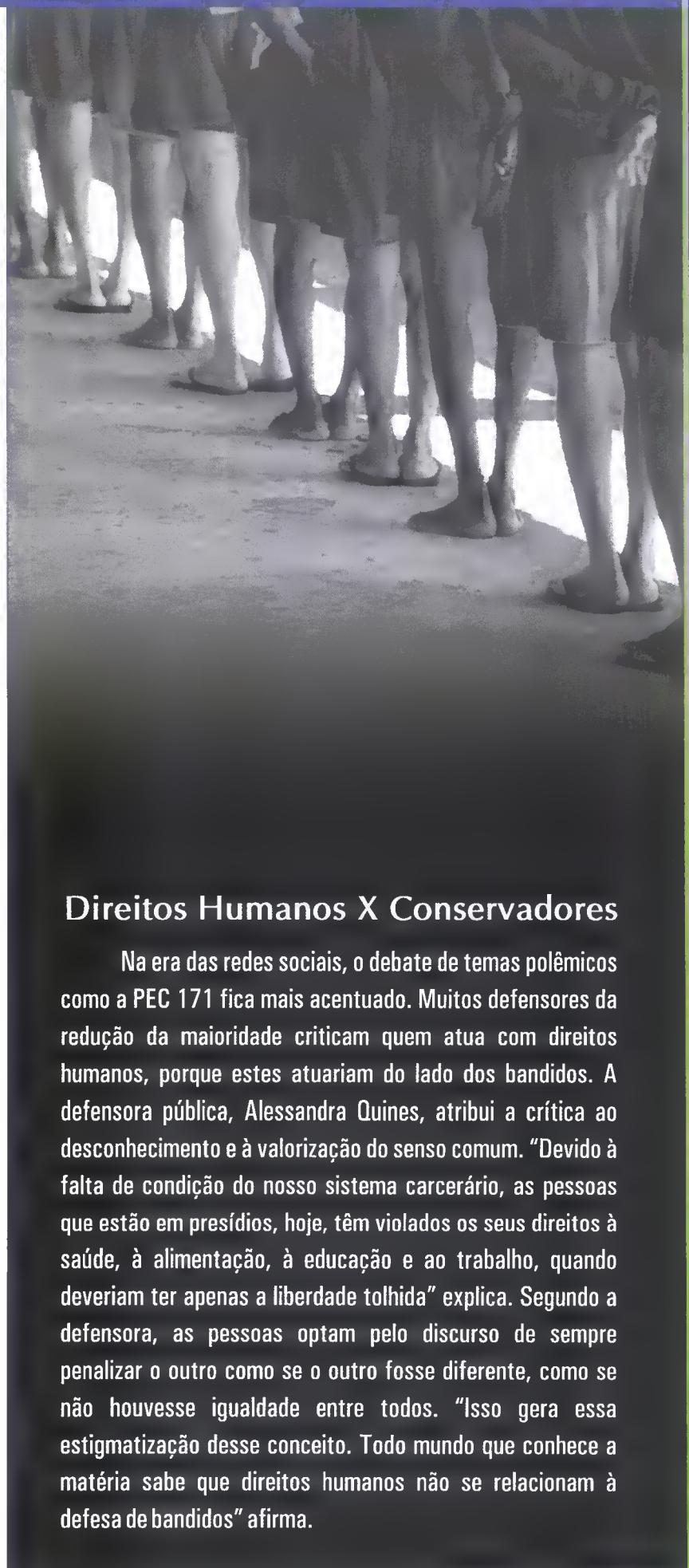
92,7%. Segundo o promotor Eugênio Amorim, a medida tem amplo apoio dos brasileiros, porque a população está "testemunhando e sofrendo a violência". "O próprio tribunal do júri condena muito hoje, pelas provas, evidentemente, pela atuação dos seus agentes, mas também porque a sociedade está intolerante com relação ao crime. Ela sofre com o crime", argumenta. Na opinião do promotor, a maioria dos teóricos contrários à redução da maioridade penal está numa redoma que os protege da criminalidade, devido à sua boa condição de vida. "A pessoa que mora no fundo da Restinga ou Bom Jesus, que tem a filha que sai da escola às 11 da noite, que tem o marido que vai trabalhar cedo, que não tem segurança privada, que não tem carro blindado, essa pessoa quer mais repressão", compara.

Cláusula pétrea tornaria medida inconstitucional

Um dos temas mais polêmicos neste debate diz respeito

à legalidade da PEC 171. Para os órgãos jurídicos e entidades de defesa dos direitos da criança e adolescente, a proposta é inconstitucional. Os direitos fundamentais, entre eles a inimputabilidade (não penalização) do menor, são considerados cláusulas pétreas da Constituição. Assim, não podem ser alterados, a menos que se convoque uma Assembleia Constituinte. Por outro lado, quem é a favor da redução defende que a inimputabilidade do menor é inalterável, mas a definição da idade do menor, não.

Segundo a professora de ciências penais da UFRGS, Ana Paula Motta Costa, o conservadorismo da maioria dos deputados afasta uma discussão técnica e o momento político permite que o assunto ande. "A falta de legitimidade da política mais séria está no centro da crise. Os políticos com uma visão mais estratégica do País, mais técnicos, responsáveis por seus atos, eles foram perdendo força frente a outro espaço político que se consolidou", analisa. Entidades como a Unicef, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Ministério Público Federal (MPF), a Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescentes (Anced), o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) já se manifestaram contrários ao projeto. Para o promotor de justiça, Eugênio Amorim, poucos profissionais do meio jurídico se manifestam, oficialmente, a favor da proposta, porque o tema da redução da maioridade penal virou um tabu entre seus colegas, assim como o da pena de morte e o da prisão perpétua. Contudo, Amorim garante que a maioria dos doutores criminais do Ministério Público são favoráveis à PEC 171. "Conheço promotores que atuam nos atos infracionais na infância e juventude que já me disseram que mudaram de opinião e estão de acordo com uma medida mais repressiva", assegura.



Direitos Humanos X Conservadores

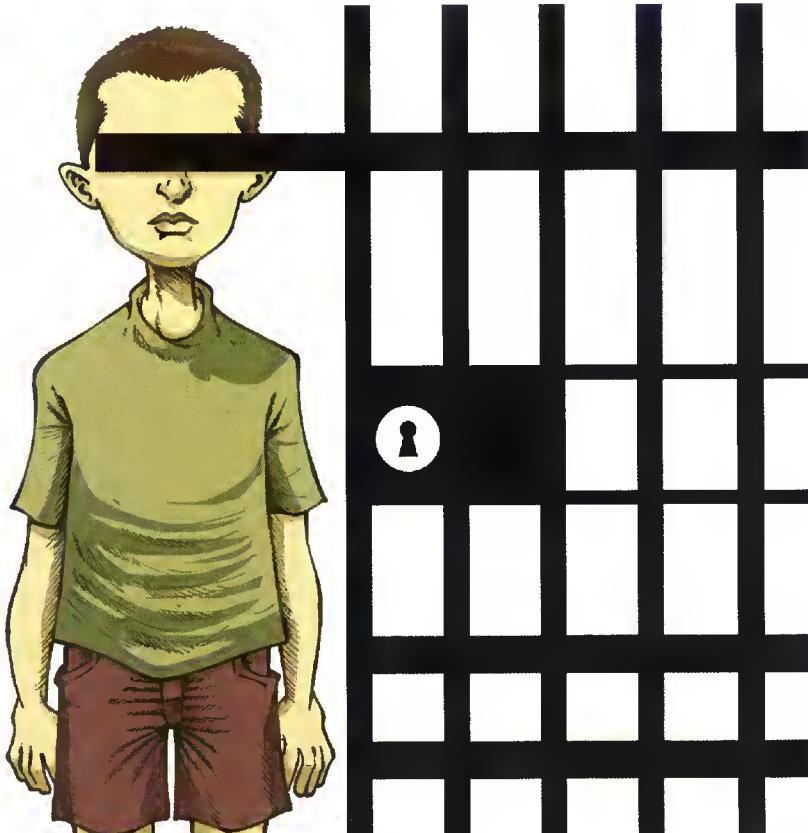
Na era das redes sociais, o debate de temas polêmicos como a PEC 171 fica mais acentuado. Muitos defensores da redução da maioridade criticam quem atua com direitos humanos, porque estes atuariam do lado dos bandidos. A defensora pública, Alessandra Quines, atribui a crítica ao desconhecimento e à valorização do senso comum. "Devido à falta de condição do nosso sistema carcerário, as pessoas que estão em presídios, hoje, têm violados os seus direitos à saúde, à alimentação, à educação e ao trabalho, quando deveriam ter apenas a liberdade tolhida" explica. Segundo a defensora, as pessoas optam pelo discurso de sempre penalizar o outro como se o outro fosse diferente, como se não houvesse igualdade entre todos. "Isso gera essa estigmatização desse conceito. Todo mundo que conhece a matéria sabe que direitos humanos não se relacionam à defesa de bandidos" afirma.

Jovens infratores sofrem medidas sócio-educativas

O sistema de responsabilização juvenil existe de forma diferenciada do adulto, porque o Brasil aderiu a uma convenção internacional de direitos da criança, que limita a infância à idade de 18 anos. É o mesmo conceito adotado pelas Nações Unidas. "Nesta etapa da vida é responsabilidade da sociedade, do estado, da família, garantir um desenvolvimento adequado para o sujeito. É uma responsabilidade dos adultos darem conta de oferecer condições, até que ele tenha um processo de autonomia progressivo e consiga cuidar de sua vida sozinho", explica Ana Paula. Nesse processo de diferenciação, a responsabilidade penal também é diferente. Adolescentes de 12 a 18 anos se enquadram em um sistema próprio, regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ana Paula Motta Costa, que já atuou como presidente da Fundação de Atendimento

Socioeducativo (Fase), de 2000 a 2002, tenta desmitificar a ideia de que os jovens que cometem um crime não são punidos. Ela afirma que as medidas sócio-educativas,



aplicada aos adolescentes infratores, são muito parecidas com a pena criminal imposta aos adultos, apenas com algumas diferenças: umas positivas e outras negativas. Como aspecto negativo, a professora diz que, no caso do ECA, não

existe um parâmetro para a medida sócio-educativa, como acontece em cada crime no código penal. Em tese, segundo ela, o juiz pode escolher as medidas sócio-educativas. "Não há uma relação direta que a lei estabeleça. Isso acaba levando a um processo de subjetividade muito grande na aplicação da pena. E subjetividade quando se trata de poder punitivo do Estado, acaba sendo ruim para o sujeito", afirma. Como ponto positivo, Ana Paula compara o mesmo flagrante de delito envolvendo um adolescente e um adulto. Segundo ela, o maior de idade, se é primário, vai conseguir responder o processo em liberdade. Em contrapartida, no caso do adolescente, a tendência é que ele fique internado provisoriamente. "Essa internação provisória equivale à prisão preventiva do adulto", afirma. A professora argumenta que o caso

do adolescente tem que correr na Justiça em 45 dias até a sentença. Caso infrator seja acusado, ele continua internado. Na comparação com o adulto, a professora da UFRGS afirma que o processo pode demorar de seis meses a um ano até o julgamento. Mesmo se houver condenação, o acusado adulto pode recorrer em liberdade. "Muitas vezes, o adolescente já cumpriu sua medida toda, enquanto o adulto está solto e ainda nem chegou a responder pela pena que recebeu", explica.

Já o promotor de justiça do Ministério público, Dr. Eugênio Paes Amorim, discorda da comparação entre os regimes penais de adultos e adolescentes. "Um homicida condenado há 12 anos tem que ficar cinco anos

em regime fechado. Nenhum adolescente fica cinco anos fechado, nem perto disso, por um homicídio qualificado", questiona. Amorim afirma que, na maioria dos casos de homicídio qualificado denunciados pelo Ministério Público, o envolvido já passou pela FASE. Para ele, o trabalho de ressocialização não está gerando resultados. "R\$ 7 mil de gasto por adolescente e, no caso dos crimes violentos, um fracasso. Tem que se quebrar a regra", defende. A ex-diretora da FASE garante que a internação é uma medida tão severa quanto à prisão. Para Ana Paula Motta Costa, a diferença é que as unidades de internação, como a FASE, possuem capacidade para 100 internos, enquanto o Presídio Central, por exemplo, tem capa-

cidade para 4 mil detentos. A professora destaca que embora seja privação de liberdade, ainda há um espaço importante de atendimento aos jovens de forma a fortalecer sua identidade positiva, já que a privação de liberdade também fortalece a identidade negativa. Segundo ela, o atendimento individualizado que os jovens recebem dos profissionais das unidades de internação permite, muitas vezes, que o caminho de violência do adolescente possa ser revertido ou possa ser redirecionado. "Esse é o trabalho das pessoas que trabalham nessa área. Redirecionar o percurso desse jovem que vem lá da comunidade com toda uma trajetória de violência desde a sua infância", afirma.

Os próximos passos da polêmica PEC

Depois de passar pela Comissão de Constituição e Justiça, que analisou a constitucionalidade, a legalidade e a técnica legislativa da PEC, a Câmara criará uma comissão especial para examinar o conteúdo da proposta, juntamente com 46 emendas apresentadas nos últimos 22 anos, desde que a proposta original passou a tramitar na Casa. A comissão especial terá o prazo de 40 sessões do Plenário para dar seu parecer. Depois, a PEC deverá ser votada pelo Plenário da Câmara em dois turnos. Para ser aprovada, precisa de pelo menos 308 votos (3/5 dos deputados) em cada uma das votações. Depois de aprovada na Câmara, a PEC seguirá para o Senado, onde será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e depois pelo Plenário, onde precisa ser votada novamente em dois turnos. Se o Senado aprovar o texto como o recebeu da Câmara, a emenda é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado. Se o texto for alterado, volta para a Câmara, para ser votado novamente.

Deliberativo de greve é aprovado

nas Instituições Federais de Ensino Superior

por Araldo Neto

Após a Adufrgs-Sindical ter aprovado indicativo de greve em assembleia e o Conselho Deliberativo do Proifes-Federação indicar a deflagração de greve nacional para os professores dos Institutos Federais de Ensino Superior, o governo finalmente apresentou uma proposta para a categoria. Em reunião com entidades representativas dos servidores federais, realizada no último dia 25 de junho, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) apresentou uma proposta de reajuste salarial quadriannual, para todos os servidores, de 5,5% em 1 de janeiro de 2016; 5% em 1 de janeiro de 2017; 4,75% em 1 de janeiro de 2018; e 4,5% em 1 de janeiro de 2019.

A presidente da Adufrgs-Sindical, Maria Luiza Von Holleben, afirma que o reajuste proposto para quatro anos terá como consequência um achatamento salarial muito grande. Segundo ela, a intenção é abrir uma negociação específica para os professores, e não para todos os servidores, como foi o caso da proposta apresentada pelo governo. "Queremos trabalhar em cima da proposta para melhorar", diz. Os professores filiados ao sindicato decidiram em votação de 29 de junho a 03 de julho a deflagração ou não de greve dos professores da UFRGS, UFCSPA e IFRS. Maria Luiza entende que é necessário intensificar o processo de mobilização nacional, para que se possa avançar no processo negocial.



Campanha Salarial 2015

O Proifes-Federação, entidade à qual a ADUFRGS-Sindical está ligada, já havia enviado ofício ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no dia 1º de junho de 2015, cobrando resposta à proposta de negociação salarial e de carreira. Foi determinada a data de 15 de junho de 2015 como prazo limite para que uma contraproposta fosse apresentada aos docentes. O governo não havia se pronunciado até este prazo, o que determinou a deflagração de greve nacional da categoria após reunião do Proifes-Federação. Antes disso, a Adufrgs-Sindical já havia votado, em assembleia, pelo indicativo de greve. Uma nova reunião foi agendada para o dia 7 de julho, quando o governo espera uma resposta dos servidores federais sobre essa proposta.

Os professores reivindicam aumento com base na inflação mais 4% de ganho real em 2016, inflação mais 2% em 2017 e em 2018, além de per-

centuais de aumento fixos de 5% entre níveis e de 10% entre classes. Na reunião realizada em maio, o governo alegou que não poderia dar um parecer sobre a negociação, pois estava analisando as contas e o ajuste fiscal. A necessidade de agilidade para a negociação tem uma explicação. Para que os professores tenham algum ganho em 2016, o projeto de lei deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto. A negociação com o governo se arrasta desde outubro do ano passado, quando o Proifes-Federação protocolou junto ao MEC a proposta de reestruturação dos salários e das Carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para o triênio 2016-2018. Neste período, vários fatores atrapalharam o andamento das negociações, como as eleições presidenciais do final do ano passado, a necessidade de análise de contas e ajuste fiscal proposto pelo governo reeleito e também a troca do Ministro da Edu-

cação (saída de Cid Gomes e entrada Renato Janine Ribeiro) no começo do ano.

Adufrgs mobiliza categoria

Com objetivo de pressionar o governo a abrir as negociações, a Adufrgs-Sindical realizou atos públicos, no dia 23 de abril, no Campus Centro e no Campus do Vale. A atividade contou com a participação de professores da Ufrrgs, da UFCSPA e do Instituto Federal (Campus Porto Alegre e Campus Restinga). Presidente da Adufrgs nas três primeiras greves de docentes, ainda durante a ditadura militar, o professor José Vicente Tavares dos Santos lembra que é a força e mobilização da categoria que consegue garantir condições e dignidade no trabalho. "A mobilização de todos os professores, inclusive dos jovens, permite que a gente alcance a preservação e garantia das condições de trabalho que temos hoje", afirma.

O 1º secretário da Adufrgs-Sindical, Ricardo Savaris, reforça esta ideia. Segundo ele, a mobilização dos professores é



Linha do tempo da negociação

02/08/2013

Delegados do X Encontro Nacional do Proifes-Federação aprovam a Proposta de Reestruturação da Carreira docente e salários para 2016-2018.

29/10/2014

Proifes-Federação protocola junto ao MEC a proposta de reestruturação dos salários e das Carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para o triênio 2016-2018.

29/01/2015

A diretoria do Proifes-Federação é recebida em audiência pelo então Ministro da Educação, Cid Ferreira Gomes. Na ocasião, a entidade destaca que a prioridade para o momento é a imediata abertura de negociações a respeito da reestruturação das Carreiras e Salários para 2016 e 2018.

15/04/2015

O Proifes-Federação é recebido pelo novo Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro. Iniciando a reunião, o Ministro diz que estava abrindo uma série de reuniões com entidades nacionais representativas.

importante para reivindicar que o slogan “Pátria educadora”, citado no discurso de posse da presidente Dilma Rousseff, se concretize. “Um país sem educação não consegue progredir”, destaca. Já o vice-presidente da Adufrgs, professor Lúcio Olímpio Vieira, enfatiza que o rombo causado pela corrupção na Petrobras, no ano passado, é um valor muito menor que o governo gastaria reajustando salário e reorganizando a carreira, conforme o sindicato reivindica. De acordo

com ele, os quase R\$ 22 bilhões de prejuízo que a estatal teve no ano passado é maior do que tudo que o governo gasta pagando os professores por ano na rede federal. “Se o governo conseguir controlar um pouco dessa roubalheira, isso é suficiente para cobrir todas as despesas e todos os investimentos para que se tenha uma Universidade de qualidade neste País”, afirma. O pró-reitor de pós-graduação da UFRGS, Vladimir Nascimento, cita outros momentos da história em que a

situação econômica não ajudava muito e nem por isso deixou de negociar. Para ele, é preciso haver compreensão, de parte a parte, do governo e dos sindicatos, da situação do País, “mas com o objetivo de se estabelecer uma negociação que atenda, pelo menos, o mínimo necessário para que a categoria continue contribuindo para a sociedade, para o desenvolvimento científico e a formação dos nossos jovens através da graduação e pós-graduação”, opina.



06/05/2015

É realizada a primeira reunião de negociação de 2015. As duas entidades que representam os professores federais, Proifes-Federação e Andes, apresentaram suas propostas de reestruturação de carreira e reajuste salarial aos negociadores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

01/06/2015

Proifes-Federação cobra resposta à proposta de negociação salarial e de carreira, determinando 15 de junho de 2015 como data limite para que uma contraproposta seja apresentada aos docentes das Instituições Federais de Ensino.

16/06/2015

Adufrgs-Sindical aprova indicativo de greve em Assembleia Geral realizada na Faculdade de Economia da Ufrgs.

19/06/2015

Proifes-Federação indica aos sindicatos federados a deflagração de greve nacional da categoria.

26/06/2015

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) apresenta proposta de reajuste salarial quadriannual em reunião com entidades representativas dos servidores federais.

Eixos da pauta específica da greve nacional:

1. Reajuste salarial e reestruturação das carreiras do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), nos termos da proposta protocolada pelo Proifes-Federação.

2. Superação das pendências do Acordo de 2012, que incluem:

2.1. Reenquadramento dos professores aposentados do MS na Classe de Professor Associado;

2.2. Regra de Transição na Carreira do EBTT para compensar a mudança de 18 para 24 meses de interstício de progressão ou promoção;

2.3. Fim do controle de fre-

quência no EBTT, em isonomia ao MS;

2.4. Adicional de difícil lotação, como incentivo à fixação de docentes em locais de difícil lotação;

2.5. Redefinição dos critérios de concessão do auxílio-transporte;

2.6. Fim da exigência de conclusão do estágio probatório para a mudança de regime de trabalho;

2.7. Extensão do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para professores aposentados do EBTT;

2.8. Enquadramento dos professores aposentados da carreira do Magistério Básico Fede-

ral na carreira do EBTT;

2.9. Criação de programas de qualificação para os docentes das duas Carreiras.

3. Correção dos prejuízos causados aos docentes por interpretações equivocadas da Lei 12.772/2012, que incluem:

3.1. Fim da exigência de conclusão de estágio probatório para a promoção acelerada dos professores que estavam na Carreira em 01/03/2015.

3.2. Garantia dos efeitos financeiros e legais das progressões e promoções retroativos à data de conclusão dos interstícios.

Na reunião que indicou a deflagração da greve nacional, o Conselho Deliberativo do Proifes-Federação decidiu, também, manter na pauta de luta da entidade:

1. Fim do contingenciamento dos recursos do Orçamento da Educação, com a liberação imediata dos recursos previstos para as Universidades e Institutos Federais, a fim de garantir a manutenção das instituições; o pagamento dos fornecedores; das contas em atraso e dos programas acadêmicos, e que garanta a continuidade do processo de expansão das instituições, com qualidade, de forma a viabilizar o cumprimento da sua importante função social.

2. Reajuste imediato dos benefícios aos servidores

públicos.

3. A implantação da negociação coletiva para os servidores públicos, com a garantia de data base.

4. Combate a todas as formas de precarização do trabalho, incluindo a rejeição do projeto de terceirização das atividades fins (PLC 30/2015 – antigo PL 4330).

5. Fim do fator previdenciário, que tanto prejudica os mais pobres e luta constante pela garantia dos direitos dos trabalhadores que vêm sendo atacados com as mudanças nas pensões, nos benefícios

sociais e a não correção da tabela do IRPF.

6. Luta pela criação de novas fontes de financiamento da educação, que incluem, entre outras, imposto sobre grandes fortunas, royalties sobre produção mineral e taxação de transações financeiras especulativas, com regras amplamente discutidas pela sociedade.

7. Garantia da implantação das metas do PNE, com a dotação de 10% do PIB para a educação, de sorte a permitir a expansão do ensino público com qualidade.

Na luta contra as TERCEIRIZAÇÕES

Porto Alegre e outras capitais do Brasil protestando no último dia 29 de maio contra o projeto de lei das terceirizações e as Medidas Provisórias 664 e 665, que retiram direitos dos trabalhadores. O Dia Nacional de Paralisações e Manifestações foi convocado pelas centrais sindicais e vários movimentos sociais.

Em Porto Alegre, milhares de trabalhadores participaram da caminhada, que partiu da Fecomércio, na Rua Alberto Bins, e terminou na Praça da Matriz. A Adufrgs-Sindical também marcou presença na manifestação. Exibindo faixas com os dizeres “Contra a PL 4330 - Contra a terceirização”, os professores federais mostraram sua preocupação com o projeto de lei que tramita no Senado. O vice-presidente da Adufrgs, Lúcio Olímpio Vieira, explica que a lei das terceiri-

zações, se aprovada, pode privatizar, na prática, o serviço público, “tornando tudo um negócio lucrativo”, inclusive a Educação. “Um empreiteiro pode construir uma escola, terceirizando todo o quadro pessoal. Com a possibilidade de terceirizar “atividades fins”, seria possível uma escola contratar profissionais como pessoas jurídicas, sem direito a benefícios trabalhistas básicos, inclusive o professor, com contratos com validade de março a dezembro.

Não há uma continuidade pedagógica. Não há nenhum zelo sobre aquele serviço que é oferecido. Esse é o mapa que se desenha”, adverte.

Além da polêmica lei das terceirizações, a manifestação do dia 29 de maio protestou contra a MP 664 e 665, que modifica regras dos benefícios de pensão por morte e auxílio-doença, e também altera o abono salarial e o seguro-desemprego. A redução dos direitos dos trabalhadores faz parte do pacote de ajustes





fiscais promovido pelo governo federal. Para o vice-presidente da Adufrgs-Sindical, as manifestações realizadas pelas centrais sindicais e movimentos sociais foram importantes para mostrar a insatisfação da sociedade com qualquer iniciativa que penalize os trabalhadores. "Mesmo que algumas medidas contemplam o interesse público, são apenas para tornar atraente a proposta global que, de fato, busca reduzir o custo do serviço público para o Estado", afirma. Segundo o professor, a redução de direitos trabalhistas faz parte de "uma grande barganha do governo com o sistema financeiro e com o empresariado nacional".

A Adufrgs-Sindical também aproveitou a manifestação para defender outra bandeira. Trata-se da mobilização em defesa da reestruturação da carreira dos professores federais e do reajuste salarial para o triênio 2016/2017/2018. Antes da manifestação, os professores federais se reuniram ao lado da Faculdade de Educação da Ufrgs, no Campus Centro, em um Ato Público em defesa da pauta.



Aray Miguel Feldens



A controvérsia dos indicadores econômicos no Brasil

A inflação está de volta no país e com ela todos os problemas de desequilíbrio dos preços relativos aliados aos seus reflexos no cotidiano da vida dos cidadãos. A questão mais significativa do aumento geral dos preços é a perda de poder aquisitivo da maioria das pessoas, penalizando especialmente os empregados assalariados. Em períodos de inflação baixa, digamos, abaixo de 5% ao ano, os empregados têm possibilidade de recuperar, rapidamente, seu poder de compra, através dos dissídios salariais. Com índices superiores a 5% de inflação, e um desequilíbrio maior dos preços relativos, as dificuldades para recompor o poder de compra são mais

complexas e difíceis de serem obtidas ou solucionadas.

No Brasil, diversos institutos públicos e privados calculam e publicam os índices de inflação, usando metodologias próprias, que, geralmente, resultam em números muito próximos, quando estes índices são baixos no contexto da economia nacional. Porém, quando a inflação atinge níveis mais elevados, surgem discrepâncias entre os indicadores apresentados por cada uma destas instituições. Esclarecendo: cada índice é calculado com base numa média ponderada dos preços dos produtos e serviços selecionados numa amostragem para análise. Quando os institutos

coletam dados de preços em fontes diversificadas e utilizam médias ponderadas diferentes, os resultados dos indicadores, consequentemente, também serão distintos. Logo, então, surgem as aparentes controvérsias percebidas pelos cidadãos ao acompanharem informações na imprensa sobre os índices inflacionários e a economia brasileira.

Neste ponto, é importante ressaltar que os indicadores publicados pelos diversos institutos brasileiros têm objetivos diferentes. Por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é responsável pelo cálculo de inflação oficial adotado pelo Governo. Este índice é o IPCA/IBGE (Índice Nacional

de Preços Amplo), que, nos últimos doze meses, está em 8,17%, enquanto o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que também é calculado pelo IBGE, está acumulado em 8,34%. Ambos os índices estão corretos para medir a inflação, lembrando que cada um utiliza metodologia específica e distinta. O Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs (lepe/Ufrgs) também calcula um índice de inflação conhecido como Índice de Custo de Vida (ICV), muito utilizado nas decisões dos consumidores gaúchos. Este índice está acumulado em 9,22% nos últimos doze meses. O Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) é outro órgão importante pertencente aos sindicatos de trabalhadores, que também publica seu índice de inflação (ICV/Dieese), usado para balizar suas reivindicações salariais nos dissídios coletivos. Este índice está acumulado em 8,34% nos últimos 12 meses.

Além destes, cabe mencionar outras instituições nacionais que calculam indicadores econômicos divulgados e conhecidos pelo público em geral, como a Fundação

"Cada consumidor tem uma inflação diversa, que pode se aproximar mais ou menos de um determinado índice. Tudo dependerá da estrutura de gastos de cada indivíduo ou família."

Getulio Vargas (FGV) e a Fundação Instituto de Pesquisa da Universidade Estadual de São Paulo (Fipe/USP). Cada um deles publica índices e indicadores econômicos para fins específicos, como os utilizados pelo mercado de aluguéis (IGP-M), pela construção civil (INCC) e pelo mercado de automóveis (Índice Fipe), para cotação de preços de carros usados.

Surge, então, a pergunta: qual dos índices é o mais correto para medir a inflação que atinge a vida dos cidadãos brasileiros? A resposta é que todos estão certos, uma vez que a utilização de ponderações e fontes de preços de locais distintos é o que conduz

a variações entre os índices calculados. Qual seria, então, o valor "correto" da SUA inflação? Para dizer a verdade, cada consumidor tem uma inflação diversa, que pode se aproximar mais ou menos de um determinado índice. Tudo dependerá da estrutura de gastos de cada indivíduo ou família. Por exemplo, se um consumidor gasta uma maior proporção de sua renda em alimentos e estes produtos aumentam em maior proporção da utilizada na ponderação de determinado índice, sua inflação pessoal/familiar será superior à do índice publicado ou indicado pelo instituto em análise. Raciocínio idêntico pode ser aplicado aos consumidores aposentados, também como exemplo, que provavelmente gastam uma maior proporção em medicamentos e, consequentemente, possuem uma inflação diferenciada dos não aposentados.

Portanto, a controvérsia dos indicadores de inflação no Brasil pode ser entendida como uma controvérsia entre valores, prioridades e necessidades de gastos de cada grupo familiar na sua relação com os objetivos, fontes de dados e metodologia de cálculo de índices por cada um dos institutos responsáveis pela divulgação da inflação.

* Ph.D. em Economia Agrícola pela The Ohio State University (1978). Professor Titular, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS (Aposentado)

Artigo - Prof. Dr. Félix H. D. González*

II Fórum pela Paz na Colômbia

A PAZ ESTÁ PERTO?

Desde início da década de 1960, a Colômbia sofre um conflito armado entre grupos insurretos e o Estado colombiano. Naqueles anos, pequenos grupos guerrilheiros de origem camponesa (FARC) se organizaram para exigir uma reforma agrária mínima em territórios do centro-sul do País. Sob o argumento de que estariam formando "repúblicas independentes" foram duramente reprimidos pela força pública, com ajuda militar dos Estados Unidos. Os grupos, basicamente formados por famílias camponesas, resistiram ao embate e, não somente não foram exterminados, como alardeavam à época os generais colombianos, mas sobreviveram e cresceram, sendo estímulo para o surgimento de novos grupos guerrilheiros, tanto de origem camponesa como urbana (ELN, EPL, M19) que formaram verdadeiros exércitos. Esse panorama se viu mais complicado ainda com a entrada de bandas armadas de narcotraficantes e paramilitares que tiveram seu auge na década de 1990 e início da década de 2000. A guerra, então, se tornou generaliza-

da, com visos de terror. Grupos paramilitares adquiriram apoio oficial durante o governo de Uribe e receberam apoio logís-

"O país está cansado de tanta violência. A guerrilha também mostra sinais de cansaço e tenta, de novo, uma série de diálogos destinados a negociar a desmobilização e a obtenção da ansiada paz"

tico e militar, sem dissimulação por parte do exército nacional.

Quase 60 anos e 230 mil mortos depois, a guerra deixa saldos desoladores: várias tentativas de diálogos frustrados, 30 mil desaparecidos, milhares de dirigentes sindicais, agrários, estudantis, docentes e populares, defensores de direitos

humanos e até guerrilheiros desmobilizados assassinados por bandas paramilitares ou pelas próprias forças oficiais. Mais de 7 milhões de hectares tirados dos campesinos, mais de 6 milhões de deslocados internos, mais de 3 mil pessoas executadas nos chamados "falsos positivos" (supostos guerrilheiros mortos em combate). Essas cifras se somam aos 5 milhões de colombianos que deixaram o País (12% da população), vítimas da violência e das terríveis condições econômicas, que reslutam da priorização das despesas militares sobre as sociais.

Agora, a Colômbia está cansado de tanta violência. A guerrilha (pelo menos as FARC) também mostram sinais de cansaço e tentam, de novo, uma série de diálogos destinados a negociar a desmobilização e a obtenção da ansiada paz. Desta vez, os diálogos mostram alguns elementos diferentes. Em primeiro lugar, a negociação está sendo realizada fora da Colômbia: em Havana (Cuba). Desta vez, numerosas delegações do lado insurgente, do lado governamental e, inclusive, da socieda-

de civil participam, desde outubro de 2012, das negociações, tendo como garantia delegações oficiais da Noruega, Chile, Cuba e Venezuela. Dos cinco pontos de negociação pautados, três já foram discutidos e têm relatórios prometedores: a política de desenvolvimento agrário integral, a participação política da oposição e a solução para o problema das drogas ilícitas. Estão pendentes os temas do fim do conflito armado e a definição das vítimas do conflito armado.

A ansiedade do governo de terminar logo a negociação encontra certa reticência por parte da insurgência, que insiste em que "nada está acertado até tudo estar acertado". Entretanto, as ações militares ameaçam frustrar os diálogos, produto de manter conversações em meio à guerra. A guerrilha anunciou um cessar-fogo em dezembro de 2014, que, segundo analistas, pouparou 85% das vítimas que haveriam caso se mantivessem as ações bélicas. Porém, o cessar-fogo foi levantado, de forma unilateral, no mês passado, após o bombardeio governamental a um acampamento das FARC, que matou 29 guerrilheiros. Nos últimos, dias a guerrilha tem protagonizado uma série de ofensivas contra a força pública, que alimenta o argumento dos uribistas de acabar com a negociação e voltar aos

velhos tempos de tentar resolver o conflito pela via armada, a qual, historicamente, se mostrou infrutífera. Oito ataques em menos de 24 horas, que incluíram danos à estrutura elétrica e



maio de 2013, ao qual compareceram quase mil delegados e uma centena de organizações políticas e movimentos sociais. Nessa época, os diálogos pela paz apenas começavam e os discursos eram esperançosos no sentido de deslanchar negociações produtivas que levassem a uma paz duradoura. Agora, os diálogos mostram um avanço de 75% da agenda e ninguém – governo nem insurgência – quer perder esta oportunidade histórica de conseguir a paz. Os temas do II Fórum, ao qual compareceram 800 delegados, foram desta vez no sentido de impulsivar a solidariedade internacional para apoiar o processo de paz na Colômbia, que implica, também, a paz da região.

A guerrilha quer garantias de cumprimento dos acordos, garantia de poder fazer oposição sem ser ameaçado de morte pelos paramilitares, garantia de não repetição desta longa guerra que afeta ao segundoº país mais populoso da América do Sul. A paz deve chegar com justiça social, democracia e garantias de convivência para que nunca mais se repitam as dolorosas cenas da morte que enlutam o povo colombiano há seis décadas.

*Professor titular da Faculdade de Veterinária da UFRGS

A ADUFRGS *fala com você*



► **Adufrgs Comunica**
Informativo online



► **Adufrgs no Ar**
Todas as terças-feiras, às 13h, na Rádio da Universidade, AM Stereo, 1080 KHZ, ou ao vivo pelo internet, no www.ufrgs.br/radio/index.html



► facebook.com/adufrgssindical
Mídia social



► www.adufrgs.org.br
Portal na internet



► **Revista Adverso**
Publicação impressa, com versão digital, no site da Adufrgs



ADufrgs
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação

Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior-POA
UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga